

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
JORNALISMO

**UPP X POLÍCIA COMUNITÁRIA:  
ANÁLISE DE CONTEÚDO DE VÍDEOS OFICIAIS SOBRE A  
POLÍTICA PÚBLICA DE PACIFICAÇÃO DAS FAVELAS  
CARIOCAS**

**THAYNÁ DA COSTA RODRIGUES DE JESUS**

RIO DE JANEIRO

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
JORNALISMO

**UPP X POLÍCIA COMUNITÁRIA:  
ANÁLISE DE CONTEÚDO DE VÍDEOS OFICIAIS SOBRE A  
POLÍTICA PÚBLICA DE PACIFICAÇÃO DAS FAVELAS  
CARIOCAS**

Monografia submetida à Banca de Graduação como  
requisito para obtenção do diploma de  
Comunicação Social/ Jornalismo.

**THAYNÁ DA COSTA RODRIGUES DE JESUS**

**Orientadora: Profa. Dra. Raquel Paiva de A. Soares**

RIO DE JANEIRO

2013

**FICHA CATALOGRÁFICA**

JESUS, Thayná da Costa Rodrigues de.

UPP x Polícia Comunitária: Análise de conteúdo de vídeos oficiais sobre a política pública de pacificação das favelas cariocas. Rio de Janeiro, 2013.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Paiva de Araújo Soares

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**TERMO DE APROVAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **UPP x Polícia Comunitária: Análise de conteúdo de vídeos oficiais sobre a política pública de pacificação das favelas cariocas, 2013**, elaborada por Thayná da Costa Rodrigues de Jesus.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia ...../...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Paiva de Araújo Soares  
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ  
Departamento de Comunicação - UFRJ

Profa. Dra. Ilana Strozenberg  
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ  
Departamento de Comunicação - UFRJ

Profa. Dra. Marialva Carlos Barbosa  
Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense/UFF  
Departamento de Comunicação – UFRJ

RIO DE JANEIRO

2013

*As UPPs vieram para ficar. Vamos chegar a 40 Unidades até 2014.  
Não é só um projeto de segurança, é uma política de Estado,  
de valorização da vida e de geração de esperança para  
o povo carioca e fluminense.*

José Mariano Beltrame (secretário de Estado de  
Segurança Pública do Rio de Janeiro)

JESUS, Thayná da Costa Rodrigues de. **UPP x Polícia Comunitária: Análise de conteúdo de vídeos oficiais sobre a política pública de pacificação das favelas cariocas.**

Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO Monografia em Jornalismo.

### RESUMO

Este trabalho demonstra como o governo do estado do Rio de Janeiro aborda a política pública das Unidades de Polícia Pacificadora em seus vídeos institucionais, disponíveis no portal oficial das UPPs na internet – o UPP RJ – e em canais de vídeo do governo e da Secretaria de Estado de Segurança Pública no Youtube. Procura-se ressaltar as intenções dos discursos dos porta-vozes da Secretaria de Estado de Segurança, da Polícia Militar e do governo do estado do Rio de Janeiro por meio da Análise de Conteúdo das mensagens veiculadas nos produtos audiovisuais, e como este conteúdo chega aos os receptores. A pesquisa se debruça também sobre as construções discursivas oficiais relacionadas às tentativas de legitimar a filosofia da Polícia Comunitária e da Polícia de Proximidade como as práticas ideais para o estabelecimento da harmonia entre polícia e comunidade. O projeto inclui uma reflexão e uma comparação sobre o que os produtos audiovisuais apresentam e os fatos relacionados à UPP veiculados na imprensa nos períodos correspondentes aos vídeos produzidos e mostra que há uma discrepância entre a realidade original e a que se pretende produzir nos discursos.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pelo dom da vida.

Aos meus pais, por toda a dedicação e apoio, em qualquer escolha. Por permitirem que tudo se tornasse verdade.

À minha mãe Ledir, pelo amor infinito. Pelo suporte e compreensão. Por toda doação e cuidado. Por ser meu amor maior.

Aos meus padrinhos, Jorge e Leinar, por todo o incentivo e acompanhamento, sempre acreditando no que nem eu mesma acreditava.

À minha família, por confiar na minha luta e acompanhar cada etapa.

Aos meus avós que, lá atrás, batalharam por tudo isso.

Às minhas amigas Fernanda, Mariane e Camilla pela confiança e pelo afeto.

Ao Yuri, pelo companheirismo e atenção, por ser meu amigo de todas as horas, pelo suporte e pela cumplicidade nos melhores e nos mais difíceis momentos desta jornada.

Ao Rafael Amendola e à Nathalia Ronfini, pela amizade fiel e por toda ajuda.

Ao LECC, pela formação não só acadêmica, mas de caráter.

À Raquel Paiva, que me ensinou o verdadeiro sentido das palavras “vínculo” e “afeto”. Pela compreensão, pelos aconselhamentos e pela solicitude.

## SUMÁRIO

### 1. INTRODUÇÃO

### 2. A POLÍCIA COMUNITÁRIA E O CONCEITO DE COMUNIDADE

### 3. BREVE HISTÓRICO DO CONTEXTO DE SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO

### 4. AS UPPS E A PROPOSTA DE UMA NOVA ABORDAGEM

#### 4.1. A estrutura do programa de pacificação

#### 4.2. Regulamentação das Unidades de Polícia Pacificadora

#### 4.3. Policiamento comunitário: uma experiência sem ineditismo

### 5. A INSTAURAÇÃO DA UPP COMO POLÍTICA PÚBLICA

#### 5.1. As estratégias para a legitimação do ‘pacificar’

#### 5.2. Depois da política de “guerra”, uma política de “pacificação”

### 6.0. ANÁLISE DE CONTEÚDO APLICADA AO CASO DA POLÍCIA PACIFICADORA

#### 6.1. Delimitação do corpus de pesquisa

#### 6.2. Contexto de publicação do material analisado

#### 6.3. Análise do material coletado

### 7. CONCLUSÃO

### 8. REFERÊNCIAS



## 1. INTRODUÇÃO

A cidade do Rio de Janeiro é conhecida por quem mora e por quem ouve falar por caracterizações das mais variadas: do purgatório da beleza e do caos à cidade maravilhosa; do berço da diversidade à cidade partida. Através de músicas, de livros e através dos fatos relatados pela imprensa, o cenário carioca é retratado de variadas formas, o que, junto com a percepção diária da realidade, contribui para a formação do imaginário histórico e social da cidade. Como a segunda maior metrópole do Brasil, o Rio agrupa dificuldades e acertos dos mais variados tipos quando o assunto é, entre tantos outros, políticas públicas.

O que os governos que já geriram a cidade deixaram de legado para o Rio de Janeiro permanece influenciando a realidade atual, de forma a provocar mudanças ou a manter o que vinha dando certo. A análise dos contextos urbanístico, educacional, infraestrutural, populacional e de saúde, entre muitos outros, evocam pautas constantes, seja na imprensa, seja em conversas informais, sobre o que deve ser feito para a sua melhoria, mas pode-se dizer que nenhum tema causa mais furor na formação de opinião do que a segurança pública.

Em razão de o Brasil ser um país caracterizado pela estabilidade econômica e pela democracia, a violência é, devido aos dados alarmantes frequentemente divulgados em relatórios e censos, um dos assuntos que mais aterrorizam a sociedade. Muito provavelmente em função da vulnerabilidade a que o ser humano se expõe em casos de falta de segurança, esta é a principal pauta em que se cobram dos governos soluções rápidas e eficazes.

No Rio de Janeiro, a situação é a mesma. Com casos de estigmas históricos herdados pelo modo como foram conduzidas situações de violência e criminalidade ao longo de séculos, os governos são considerados sempre à margem do esperado para pautas que envolvem segurança pública. Não poderia ser diferente, considerando-se o histórico de chacinas e extermínios da cidade, assim como os índices elevados de homicídios, sequestros e outros crimes.

O fato é que, durante muitos anos, a população do Rio de Janeiro conviveu com um cenário de violência urbana assustador. Para falar de um passado recente, nos anos 1980, assaltos à mão armada, sequestros e roubos seguidos de morte se tornaram comuns à realidade das principais metrópoles do estado. Hoje, mais de 30 anos depois, o tema permanece contemporâneo agravado pela desigualdade social e pela ação de facções criminosas relacionadas ao tráfico de drogas.

Aliado a esta realidade de intensificação da violência, a percepção da sociedade é que havia sido decretado um panorama de crise de assistência do Estado, já que os crimes

aumentavam a distância entre os direitos constitucionais e a realidade vivenciada pelas populações. A ausência de assessoramento que a população enfrentava era tanta que, em lugar da responsabilização de autoridades públicas, os debates sobre a violência foram transferidos para círculos da sociedade civil organizada, representados por organizações não governamentais e outras instituições.

Mas a crise do Estado foi reconhecida pelos governantes, que passaram a adotar medidas questionáveis para o controle da calamidade na segurança pública, com base, sobretudo, no combate à violência pela própria violência, uma herança do período ditatorial e militar. Nos anos 1990, com uma polícia abastecida de ira e inclinação ao extermínio e, ao mesmo tempo, sem inteligência e capacidade de diagnóstico, gestões consecutivas do Rio de Janeiro investiram em políticas de confronto como medida para eliminar focos criminais. Uma alternativa que provocou um resultado oposto ao esperado e, em vez de reduzir o número de mortes, alavancou os índices e chamou atenção de organizações de direitos humanos e da sociedade civil para a falta de domínio dos governos para lidar com o crime. A polícia, em vez de agir pautada pela justiça, ignorava as próprias leis às quais estava submetida.

Após este período, no entanto, houve a percepção de que as ações do Estado de Segurança deveriam se pautar em outras estratégias para controle do crime e para impedir a elevação dos índices de violência. Fora do Rio de Janeiro e fora do país, políticas alternativas de segurança ganhavam destaque e alcançavam resultados expressivos quanto ao desmonte de facções criminosas relacionadas a práticas ilícitas. Modelos de policiamento que priorizavam as soluções de casos pelo estudo e diagnóstico das origens e pela ocupação de territórios conflagrados passaram a chamar atenção e servir de modelo para a política de segurança pública que seria adotada na cidade do Rio de Janeiro: a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora em favelas cariocas.

Isto porque, com o histórico de abandono pelo Estado e com ausência de políticas públicas, as favelas do Rio de Janeiro se tornaram, a partir do final dos anos 1970, o berço do narcotráfico e do crescimento de facções criminosas. O decorrer dos anos salientou ainda mais o poderio de lideranças ligadas ao tráfico, que se fortaleciam cada vez mais para o combate com outros grupos ou contra a polícia, a qual invadia os territórios quando ameaçada ou quando os limites do crime atingiam níveis intoleráveis pela opinião pública.

As Unidades de Polícia Pacificadora passaram a ser, então, a partir de 2008, a principal aposta do governo do estado do Rio para lidar com a ocupação destes territórios e para reintegra-los à agenda de cidadania a qual não tinham acesso devido à omissão do Estado

ou ao impedimento imposto pelas facções criminosas que ditavam lei nas favelas.

O fato é que, ao longo dos anos, a UPP passou a ser usada como artifício para o privilégio de atividades outras que não o estabelecimento da segurança nas favelas ou a promoção do acesso aos serviços públicos aos moradores, como o turismo. Esta realidade eu pude conhecer em 2011, através de uma experiência no morro do Cantagalo, em Ipanema, por conta de uma visita originada de uma parceria entre a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o grupo cultural Afrorreggae. Na ocasião, alunos que haviam acabado de ingressar na universidade participariam de uma semana de integração que tinha como alternativa esta atividade extraclasse.

Na época em que visitei, a favela havia recebido uma Unidade de Polícia Pacificadora há menos de dois anos. Aquela era a primeira vez que eu subia uma favela. Mesmo morando em uma cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro, São Gonçalo, o meu contato com comunidades tinha ficado restrito, até aquele momento, a pesquisas distantes da realidade concreta daquele cenário e ao que tinha acesso em livros e mídias. Mas, contrariamente às oportunidades que já tinha tido em conhecer uma favela, o meu interesse pelo tema era grande desde que comecei a cursar Comunicação Social na UFRJ, em 2010. O fato é que, por conta disto, me interessei muito pelo ramo da Comunicação Comunitária, a ponto de, no terceiro período de curso, passar a participar do Laboratório de Comunicação Comunitária da UFRJ, o Lecc-UFRJ. O meu interesse no laboratório era estudar as possibilidades de concessão de espaço a diferentes vozes dentro da Comunicação com uma intenção transformadora de realidades, além da busca do entendimento de porquê as populações de favela eram sempre marginalizadas e oprimidas.

A questão é que, no morro do Cantagalo, pude perceber in loco esta falta de assistência ao moradores da favela. Ao perder o ônibus da excursão e ter de subir sozinha, me deparei com situações que deram a real dimensão das dificuldades de residir ali e das distorções de imagem que atores sociais externos àquele meio podem formar daquele ambiente e do papel da UPP nestes territórios. É certo que, para falar com propriedade das questões da favela, seria necessária uma imersão muito maior do que algumas horas de visita e um conhecimento fora de um programa comprometido com a institucionalidade. Mas, mesmo com o pouco tempo no local, pude perceber que existe uma tentativa de criação (ou seria de maquiagem?) de uma favela turística em detrimento de um reconhecimento do território que necessita de mais atenção do Estado para além de assuntos como invenção de paisagens e atração de visitantes.

A passagem pelo morro do Cantagalo despertou, então, a vontade de estudar o

tratamento que as Unidades de Polícia Pacificadora recebem por sua instituição fundadora, o governo do estado do Rio de Janeiro, e a sua percepção pelos mais diretamente atingidos: os moradores da favela. Há uma supervalorização do programa pelo governo? Em que maneira as UPPs alteram o cotidiano das pessoas? Quais são as melhorias proporcionadas? E os retrocessos?

À princípio, a ideia era visitar algumas destas comunidades com UPPs, observar a realidade, entrevistar moradores, comerciantes e até mesmo policiais com a intenção de entender e perceber estes aspectos. No entanto, com a escassez de tempo amplificada pela necessidade de dar conta de outras atividades, entre elas o programa de estágio nos jornais O Globo, Extra e Expresso, precisei me ater a uma metodologia que demandasse menos deslocamentos. Em razão disto, optei pela Análise de Conteúdo de materiais produzidos pelo governo do estado do Rio de Janeiro e pela Secretaria de Estado de Segurança correspondente, já que estas peças traduziriam a versão e a visão oficiais e permitiriam avaliações sobre o sentido elaborado pelas corporações para dar conta do anunciado novo e promissor programa de pacificação.

A hipótese é de que, após anos de críticas em relação às políticas de segurança pública, os gestores do estado do Rio de Janeiro precisavam mostrar uma alternativa diferente das que já haviam sido realizadas para erradicar o crime e a violência na cidade. A nova proposta deveria aliar a gênese de uma sensação de segurança para os moradores da favela e a percepção dos atores externos de que a paz naqueles territórios teria sido alcançada. Para atender a estes anseios, a Unidade de Polícia Pacificadora se mostrava a opção mais adequada. Com uma junção das filosofias de Polícia de Proximidade e de Polícia Comunitária, a instituição que outrora ganhara ares de repressão, agora deveria ser marcada pelo reconhecimento da boa convivência e da parceria com a favela.

Considerando-se o estudo de políticas de segurança pública sempre oportuno e a pertinência do tema em vésperas de o objetivo do governo do estado ser concluído (levar 40 UPPs a áreas periféricas e morros do Rio de Janeiro até 2014), este trabalho pretende analisar o conteúdo de vídeos e peças produzidas pelas equipes de comunicação do governo do estado Rio de Janeiro e da Secretaria de Estado de Segurança sobre as políticas públicas de pacificação nas favelas cariocas. A intenção é provar que há um teor de deslumbramento e comemoração de uma paz alcançada e uma tentativa de reproduzir a concretização de uma convivência ideal entre polícia e comunidade neste novo ambiente harmônico que é a favela.

Esta análise será precedida e embasada por capítulos de contextualização e conceituação de muitos dos assuntos abordados nas peças audiovisuais e nas análises. Antes

da aplicação da metodologia de Análise de Conteúdo propriamente dita, os capítulos vão conceituar um dos termos frequentemente usados para configurar a nova realidade da favela, que agora passa a ser denominada *comunidade*, explicar a situação da violência urbana no Rio de Janeiro ao longo dos anos e às vésperas da inauguração das UPPs, descrever as estratégias do governo do estado para consolidar práticas de comunicação e suporte ao programa de pacificação e, por fim, abordar o tratamento do tema das Unidades de Polícia Pacificadora pelas autoridades envolvidas e nos vídeos selecionados.

Com a conclusão das Análises de Conteúdo, tenho a intenção de mostrar as perspectivas otimistas e positivas com as quais as instituições oficiais do governo trabalham com o intuito de legitimar um caráter de sucesso na implantação das Unidades de Polícia Pacificadora. Espero, com isso, colaborar para uma maior reflexão sobre a validade das políticas públicas proporcionadas pelo governo, chamar atenção para as verdadeiras necessidades da favela e destacar a maneira como são efetivadas as ações na realidade e o modo como elas são reproduzidas como estratégia de convencimento.

## **2. A POLÍCIA COMUNITÁRIA E O CONCEITO DE COMUNIDADE**

A proposta de política pública das Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro

se fundamenta na construção de um tipo de polícia estabelecido, em sua filosofia, como comunitária. O predicado surgiu não no momento da instalação da primeira UPP no Rio de Janeiro, mas muito antes: em outros estados e fora do Brasil, modelos de policiamentos inovadores já eram tratados como tal<sup>1</sup>.

No cenário urbano do Rio de Janeiro, a concepção intuitiva de associação do comunitário à principal força de segurança do Estado se enraíza na relação do termo com o conceito de favela. O tratamento dos morros cariocas como “comunidades” começou a acontecer na década de 1990 e, segundo Jairo da Costa Santiago<sup>2</sup>, o termo designa uma forma de os moradores se pensarem ou de serem pensados por outros atores sociais.

Há controvérsias no que diz respeito à criação do termo e à sua relação com a realidade dos territórios ocupados. Alguns autores tratam este fenômeno como uma tentativa de eufemização da favela, que, ao longo dos anos, teve privilegiado o sentido pejorativo por conta da associação do território ao tráfico de drogas e às moradias ilegais e precárias. Uma análise que dá a dimensão sobre a gama de significados negativos incorporados à palavra “favela” é a observar como ela é retratada em um dos dicionários de Língua Portuguesa de maior acesso da internet, o Priberam<sup>3</sup>: Favela: [Por extensão]: Lugar de má fama, sítio suspeito, frequentado por desordeiros.

Primitivamente, o emprego da palavra favela não tinha o significado negativo dos dias de hoje. De acordo com o membro da Academia de Letras do Brasil Francisco de Paula Melo Aguiar<sup>4</sup>, a primeira provável citação do termo se deu em “Os sertões”, em uma alusão à planta de mesmo nome e na tentativa de localizar o arraial de Canudos no contexto descrito no livro.

O fato é que, desde o surgimento dos espaços de moradias precárias no Rio de Janeiro, no início do século XX, a “favela” tem uma representação negativa por conta da constante percepção da mídia e de parte da sociedade como foco transmissor da violência e da criminalidade. Por outro lado, o termo “comunidade” cunhou um significado ameno e confere

---

<sup>1</sup> No Canadá, as experiências em policiamento comunitário existem desde a década de 1980. Em maio de 1997, uma comitiva canadense compareceu à palestra “São Paulo sem medo”, promovido pela universidade de São Paulo e pela Rede Globo, para comentar sobre a Polícia Montada do Canadá, considerada uma das melhores do mundo por conta dos altos índices de solução de crimes e pelo respeito aos direitos humanos.

<sup>2</sup>In: PAIVA, Raquel; SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro dos. Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2008.

<sup>3</sup>Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013. Disponível em <<http://www.priberam.pt/dlpo/favela>>. Acesso em: 28 out. 2013.

<sup>4</sup>Francisco de Paula Melo Aguiar destaca a citação da palavra “favela” no trecho do livro em com uma acepção meramente geográfica para localizar, no contexto, o arraial de Canudos descrito na obra. Disponível em <<http://www.academialetrasbrasil.org.br/>>. Acesso em 28 out. 2013.

significado mais positivo aos morros. Como destacou Bauman:

O que quer que “comunidade” signifique, é bom “ter uma comunidade”, “estar numa comunidade” (...). “Comunidade” produz uma sensação boa por causa dos significados que a palavra carrega – todos eles prometendo prazeres, e, no mais das vezes, as espécies de prazer que gostaríamos de experimentar e não alcançamos mais<sup>5</sup>.

A ideia de “sensação boa” que o autor defende está relacionada à sensação de vínculo e pertencimento inerente à comunidade:

A comunidade é um lugar “cálido”, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sobre o qual nos abrigamos da chuva pesada. Como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado (...). Aqui, na comunidade, podemos relaxar – estamos seguros, não há perigos ocultos em cantos escuros (...). Numa comunidade, todos nos entendemos bem, podemos confiar no que ouvimos, estamos seguros a maior parte do tempo e raramente ficamos desconcertados ou somos surpreendidos. Nunca somos estranhos entre nós<sup>6</sup>.

A comunidade de Bauman preserva algo nostálgico, que parece remeter a um momento que as favelas conservavam a sua pureza, um território em que as relações eram cordiais e a tradição demarcava um sentido de verdade. A comunidade idealizada, que tenta tomar corpo com a descrição do autor, no entanto, é colocada também como uma utopia: “Comunidade é, nos dias de hoje, outro nome de paraíso perdido – mas a que ainda esperamos ansiosamente retornar, e assim buscamos febrilmente os caminhos que podem levar-nos até lá”.<sup>7</sup>

Uma outra análise da comunidade é realizada por Raquel Paiva em “O espírito comum – comunidade, mídia e globalismo”<sup>8</sup> em que destaca as tentativas de construção de laços sociais:

Comunidade é a metáfora que, aqui, nos parece adequada para a construção de uma nova forma para o laço social (...). Comunidade é o que permite ao indivíduo e aos grupos vislumbrar a abertura para estender criativamente novas pontes sobre a dissociação humana<sup>9</sup>.

---

<sup>5</sup> BAUMAN, Z. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.p7.

<sup>6</sup> Ibidem.

<sup>7</sup> Ibidem.

<sup>8</sup> PAIVA, Raquel. O Espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

<sup>9</sup> PAIVA, Raquel. O Espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo. Petrópolis: Vozes, 1998.p.10-11.

Nestes pilares de novos laços sociais e vínculos que é construída a base de significado do comunitarismo associado à polícia. A instituição de segurança do Estado parece querer reafirmar este “paraíso nostálgico”, em que as relações sociais caminham para um estado de harmonia e solicitude.

De modo oficial, o Ministério da Justiça, define este tipo de policiamento como uma espécie de tratado entre moradores e instituição do governo:

Polícia Comunitária é uma filosofia e uma estratégia organizacional fundamentadas, principalmente, numa parceria entre a população e as instituições de segurança pública e defesa social. Baseia-se na premissa de que tanto as instituições estatais, quanto a população local, devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas que afetam a segurança pública, tais como o crime, o medo do crime, a exclusão e a desigualdade social que acentuam os problemas relativos à criminalidade e dificultam o propósito de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos<sup>10</sup>.

Nesta colocação, é possível observar duas características: i) a constatação prévia de que existe uma parceria entre população e estado dentro deste programa; ii) a tentativa de inclusão e responsabilização dos moradores da favela por garantias que, em princípio, seriam de responsabilidade do Estado, como o zelo pela segurança pública e a luta contra a desigualdade.

Em outro trecho do mesmo texto, é explícita esta participação incentivada da comunidade que, segundo o Ministério da Justiça, “tem o direito de não apenas ser consultada, ou de atuar como delatora, mas também de participar das decisões sobre as prioridades das instituições de defesa social”<sup>11</sup>.

A intenção de caracterizar a filosofia policial como comunitária faz surgir uma possibilidade de inclusão dos moradores da favela em um projeto que, se antes corroborava com a divisão entre sociedade e comunidade, agora tenta unir ou forjar uma união dos “favelados”, até então oprimidos, aos grupos formadores de opinião da sociedade.

O interessante é que, mesmo com a opressão vivida por anos, os moradores da comunidade partilham de sentimentos de relação com o território que revelam que não se trata de uma ideia simples de ocupação daquele lugar, mas de criação do que Raquel Paiva chama de “pertencimento territorial”. Para ela, os integrantes da comunidade partilham de “instituições e ordens relativas àquele lugar que lhe permitem a marca identificatória”<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup>Ministério da Justiça. Segurança Pública. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/main.asp>. Acesso: 12/10/2013

<sup>11</sup>Ibidem.

<sup>12</sup>PAIVA, Raquel. O Espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo. Petrópolis: Vozes, 1998.p.10-11.



Esta característica de marcas de identificação de grupos, entre outras, é uma das quais dificulta a sensação de reconhecimento da polícia como parte integrante da comunidade. Mais ainda porque a instituição policial sempre representou a força oponente, da qual se tinha aversão, a que se inseria naquele território de forma invasiva, usualmente provocando medo e terror.

### **3. BREVE HISTÓRICO DO CONTEXTO DE SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO**

Até os anos 1980, os morros cariocas, apesar de já serem alvo de projetos de remoção, não eram o foco das discussões da agenda política e da sociedade. O que predominava era uma espécie de tolerância. Apesar de os territórios serem vistos como redutos de marginais,

era dali que saia grande parte da mão de obra para áreas mais favorecidas. Com o passar dos anos, as ações de alguns grupos criminosos passou a colocar em xeque o domínio destes territórios pelo Estado e, conseqüentemente, a possibilidade de retomada das favelas pelo poder público, como afirma Santiago:

Com o efeito das ações dos “donos do movimento” sobre os moradores do asfalto, a favela ganhou uma nova visibilidade, pois passou a ser um território que deve ser controlado a todo e qualquer custo pelo poder público, o que de alguma maneira passou a justificar e “legitimar” as ações repressivas dos agentes do Estado, oficialmente ou através de incursões não oficiais<sup>13</sup>.

A hegemonia e o reconhecimento das facções criminosas dentro destes locais, assim como o seu poderio e as conseqüências que ele acarretou, atingiram o governo e o fez tomar medidas de incursão da polícia, orquestrando uma maior frequência das operações e até projetos de retomada dos morros. No entanto, em alguns episódios, ficou claro o despreparo da polícia, que voltava das operações com uma grande quantidade de execuções, em vez de resultados originados de estratégias para apreensão de drogas ou prisões.

Entre 1980 e 1990, as práticas de segurança do Rio de Janeiro eram focadas no combate ao tráfico de drogas e à criminalidade. No entanto, devido aos anos de ditadura militar, o modelo de segurança pública ainda herdava práticas questionáveis sobre a maneira como a polícia lidava com a ilicitude e os seus praticantes. Segundo Cecília Coimbra<sup>14</sup>, nestas décadas, a concepção hegemônica era influenciada pela Doutrina de Segurança Nacional que durante a ditadura militar se fixou no cotidiano e era voltada aos opositores políticos do regime autoritário. Mas, no lugar dos opositores políticos, o inimigo interno eram as parcelas miseráveis da população. Neste sentido, cresceu a identificação dos negros, pobres e moradores de favelas como “as classes perigosas”, sua criminalização e um investimento maciço do Estado em operações nas áreas por eles ocupadas.

Após 1990, o Rio de Janeiro permaneceu sob o domínio de governos que insistiam nestas práticas. No ano de 1995, o governo de Marcelo Alencar, com o apoio da Secretaria de Segurança sob o comando do General Nilton Cerqueira, concedia uma gratificação a policiais militares que praticassem atos considerados de bravura pelo comando da corporação. A chamada “gratificação faroeste”, que aumentava em até 150% o salário de policiais que

---

<sup>13</sup> SANTIAGO, Jairo da Costa. *In*: PAIVA, Raquel (org.); SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro dos (org.). *Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2008.p23.

<sup>14</sup> COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: O mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do autor; Niterói: Intertexto, 2001. P.48

atuavam em ações que resultavam na morte de supostos criminosos, chegou a ser entregue a três policiais presos por terem espancado moradores de favelas<sup>15</sup>.

Oito anos depois, o foco era o mesmo. Em 2003, no governo de Rosinha Matheus, o Secretário de Segurança Josias Quintal fez um pronunciamento polêmico no início da Operação Rio Seguro, em que policiais civis e militares realizaram operações em dezenas de favelas na cidade: “Nosso bloco está na rua. Se tiver que ter conflito armado, que tenha. E se alguém tiver que morrer por isso, que morra. Nós vamos partir para dentro. Não tem conversa”. Neste caso, além de mostrar a despreocupação com a morte de criminosos, o secretário alegou que a polícia não recuaria nem mediante o risco que inocentes estavam prestes a correr: “A polícia tem que ter cuidado com inocente, todo mundo sabe disso. Mas não é por conta de uma extrema preocupação que não vamos fazer a nossa parte”<sup>16</sup>.

Neste mesmo ano, alguns casos tiveram destaque na mídia e levaram a acusações formais contra policiais. Um deles aconteceu no Morro do Borel, na zona norte do Rio de Janeiro, dois meses após a declaração do secretário. Na ocasião, 16 policiais do 6º Batalhão da Polícia Militar, na Tijuca, realizaram uma operação na favela que teve como desfecho o assassinato de quatro homens que haviam sido impedidos de se identificar quando abordados pela polícia. Os policiais da PM alegaram tratar-se de traficantes que haviam reagido à prisão, mas reportagens desmentiram a versão com base em informações de moradores. Após o episódio, organizações de direitos humanos passaram a acompanhar as investigações e, no mesmo ano, foi criado o movimento “Posso me identificar?”, para denunciar abordagens policiais violentas. Neste caso, cinco policiais foram condenados e presos. O ano de 2003 teve o registro de 1.195 civis mortos em decorrência da ação policial e 45 policiais mortos no mesmo período<sup>17</sup>.

Caso semelhante ocorreu no ano seguinte, em setembro de 2004, como descreveram Ramos e Paiva<sup>18</sup>, quando dois jornalistas, à bordo em um helicóptero da Polícia Civil, acompanhavam um sobrevoo no Morro da Providência, em uma operação policial na favela. Durante a operação, houve uma intensa troca de tiros, e dois supostos traficantes foram

---

<sup>15</sup> De acordo com informações de uma matéria da Agência Folha, seis policiais flagrados agredindo jovens da Cidade de Deus foram presos e três deles receberam a gratificação do comando da Polícia Militar. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fol/geral/ge08041.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

<sup>16</sup> Jornal O Globo. Josias: se alguém tiver que morrer, que morra, de Maiá Menezes. 26/02/2003. Disponível em <[http://www.alerj.rj.gov.br/common/noticia\\_corpo.asp?num=4607](http://www.alerj.rj.gov.br/common/noticia_corpo.asp?num=4607)>. Acesso em: 18 nov. 2013.

<sup>17</sup> Relatório da Justiça Global: Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro. Fundação Heinrich Böll, 2008. Disponível em <[http://br.boell.org/downloads/Relatorio\\_Milicias\\_completo.pdf](http://br.boell.org/downloads/Relatorio_Milicias_completo.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2013.

<sup>18</sup> PAIVA, Anabela; RAMOS, Silvia. Mídia e Violência: Tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007. p.24.

mortos. O helicóptero no qual estavam os repórteres e alguns policiais foi alvejado e, no calor do momento, durante o tiroteio, um repórter-fotográfico fez fotos às cegas e flagrou dois policiais do CORE (Coordenadoria de Recursos Especiais, da Polícia Civil) apontando fuzis para os dois jovens, desarmados e já rendidos e que, em seguida, já sem vida, seriam carregados pelos mesmos policiais. No dia seguinte, as imagens que mostravam as ações tiveram destaque na primeira página do jornal O Dia e foram decisivas para a exoneração do delegado Gláucio Santos, então diretor do CORE, e para o afastamento de cinco agentes que participaram da operação.

Em contrapartida a este cenário, em 2006, antes de assumir o cargo de governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho afirmou ser contra este tipo de estratégia. No dia de sua eleição, em depoimento, o político alegou que aposentaria os veículos blindados da polícia, os “caveirões”. Tal posição, no entanto, não foi endossada pelo secretário de Estado de segurança pública de seu governo, José Mariano Beltrame. Em depoimento ao Jornal O Dia, ele afirmou que os veículos seriam usados de acordo com o risco envolvido:

Se houver necessidade de colocar tropas em determinados locais onde nós não pudermos nos socorrer de outra forma, o Caveirão será utilizado. Ele existe para transportar policiais para áreas onde comprovadamente existir risco. O que não queremos é a banalização do uso.<sup>19</sup>

Após a declaração, Sérgio Cabral reiterou o discurso do secretário recorrendo à justificativa de que não usar os veículos significava “desperdiçar um equipamento comprado com recursos públicos”, o que ele atribuiu ser um ato irresponsável. O fato é que o ato já se apresentava como um indício de como seriam os primeiros anos de gestão do candidato eleito. O “Caveirão” era apenas um dos símbolos do Estado policial que instaurava o medo nas favelas. E fazia parte da estratégia do governador de amedrontar os criminosos, mas acabava levando a sensação de terror aos moradores dos mesmos territórios.

Um exemplo desta estratégia de confronto levada às últimas conseqüências foi a ocupação do Morro do Alemão em julho de 2007, a menos de um mês dos Jogos Panamericanos do Rio de Janeiro, em uma força-tarefa para controlar o poder paralelo durante o evento internacional. No episódio, que chegou a ser chamado de “Chacina do Pan”, 1.350 policiais entre civis, militares e soldados da Força Nacional ocuparam o complexo de favelas do Alemão. Na megaoperação, 19 pessoas foram mortas e pelo menos duas não tinham relação com o tráfico, segundo relatório assinado pela Secretaria de Direitos Humanos

---

<sup>19</sup> O Dia Online. Futuro ‘xerife’ anuncia mais vigilância em via expressa. O Dia Online, 18/11/2006. Disponível em < [http://odia.terra.com.br/rio/htm/geral\\_68074.asp](http://odia.terra.com.br/rio/htm/geral_68074.asp)>. Acesso: 14 mar. 2013.

(SEDH) da Presidência da República, citado em matéria da Folha de S. Paulo<sup>20</sup>.

Após a publicação do documento da SEDH, o secretário de segurança do Rio de Janeiro José Mariano Beltrame afirmou que o relatório era uma estratégia dos que “deturpavam a justa causa dos direitos humanos para gerar confusão”<sup>21</sup>. Os desacordos entre as secretarias envolvidas geraram uma série de dissonâncias entre governo federal e estadual, o que evidenciou a divergência sobre as ações para controlar o domínio das organizações de tráficos de drogas do Rio de Janeiro.

Mas o acompanhamento das ações militares do governo de Sergio Cabral por aparelhos de direitos humanos não o fizeram desistir nem recuar da política de confronto nas orientações concedidas à polícia. O então governador, seguido por Beltrame, voltou a reiterar suas propostas de embate policial através da imprensa e nos discursos oficiais. A tática de “mostrar a que veio” chegou a ser reiterada em entrevista à revista *Época* em julho de 2007 após as operações no Complexo do Alemão. Em um dos depoimentos, Cabral destacou a tática da repressão do crime pelo medo e o objetivo das operações policiais:

O fato de a polícia estar agindo gera o temor da punição, gera respeito pela autoridade.(...) A população está convencida da necessidade desse confronto. Nos últimos anos houve um crescimento da musculatura do tráfico que a população não suporta mais. As pessoas estão prontas para fazer o sacrifício porque sabem que só isso vai melhorar sua qualidade de vida. (...) Hoje sabemos que a ordem pública é a garantia da cidadania. Todos temos que fazer sacrifício pela vitória contra a barbárie. (...) Não há outro caminho a ser seguido.<sup>22</sup>

O discurso do governador do estado no ano de assunção do cargo previa o poder repressivo como a única política de segurança possível, algo como “um mal necessário” para levar para a melhoria da qualidade de vida dos moradores das favelas que, segundo ele, já estavam convencidos da necessidade de realização do confronto. Além de caracterizada a defesa da prática violenta do confronto, nestes depoimentos não foram citados, por exemplo, a garantia de acesso da população à água, luz e outros serviços públicos. O direito à cidadania só tem referência na retomada do território pelo Estado no que tem relação com a tentativa de extermínio de forças paralelas de poder. A mesma coisa acontece em relação aos direito

---

20

Folha Online. Relatório da União acusa operação policial no Rio de execução sumária. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u341949.shtml>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

21

Ibidem

<sup>22</sup> Revista *Época*. Os bandidos já viram que não estamos de brincadeira. Revista *Época*, Edição 477, 06/07/2007. Disponível em <<http://www.revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/1,,EDG77973-5856,00.html>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

humanos; as exposições parecem desconsiderar ou relativizar as consequências letais dos confrontos armados classificando o processo como um “sacrifício” para alcance do bem estar social.

O que chama atenção é que operações como a do Morro do Alemão foram interpretadas pelo governo estadual como um modelo a ser seguido em megaoperações posteriores. O que se desprende das considerações de Sergio Cabral é que as ações foram bem-sucedidas, já que o foco da repressão, ou seja, os criminosos, puderam perceber o “alcance” das ações realizadas: “Não estamos dando trégua e essa operação foi só a primeira de muitas que virão. (...) Hoje a situação é completamente diferente da que tínhamos. Os bandidos já viram que não estamos de brincadeira”<sup>23</sup>.

No entanto, o sucesso das operações é, por razões claras, questionável. Além dos altos índices de morte (grande parte com a justificativa de corresponderem a autos de resistência), os confrontos não deixaram o Rio de Janeiro mais seguro. Naquele ano, o estado era, de acordo com o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, da Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, a Ciência e a Cultura (OEI)<sup>24</sup>, o terceiro mais violento do Brasil, atrás apenas de Pernambuco e Espírito Santo, respectivamente, com uma taxa de 50 homicídios a cada 100 mil habitantes. Em contrapartida a essa quantidade de execuções, o número de apreensão de drogas e armas, segundo informações do mesmo relatório, tiveram uma diminuição significativa: de 13.312 e 10.793 em 2006 para 11.062 e 10.178 em 2007, o que mostra que as ações policiais comandadas pelo governo não são efetivas.

Atestada a concepção bélica e a característica contraprodutiva das operações orquestradas nos dois primeiros anos de governo Cabral, é possível compreender que o aumento das ações de confronto declarado do Estado punitivo foi um dos marcos das políticas de segurança pública nas favelas até os anos de 2007 e 2008. Para o sociólogo Loïc Wacquant, o uso das forças armadas em ações políticas apenas contribui para levar tensão às populações afetadas:

A insegurança criminal no Brasil tem a particularidade de não ser atenuada, mas nitidamente agravada pela intervenção das forças armadas da ordem. O uso rotineiro da força letal pela polícia militar (...), as execuções sumárias e os “desaparecimentos” inexplicáveis geram um clima de terror entre as classes populares.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> Revista Época. Os bandidos já viram que não estamos de brincadeira. Revista Época, Edição 477, 06/07/2007. Disponível em <<http://www.revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/1,,EDG77973-5856,00.html>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

<sup>24</sup> Relatório da Justiça Global: Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro. Fundação Heinrich Böll, 2008. Disponível em <[http://br.boell.org/downloads/Relatorio\\_Milicias\\_completo.pdf](http://br.boell.org/downloads/Relatorio_Milicias_completo.pdf)>. Acesso em 18 nov. 2013.

<sup>25</sup> WACQUANT, Loïc. As prisões da Miséria. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zarar, 2001.p.9.

Com a observação deste contexto de avanço das práticas policiais autoritárias ao lidar com populações das favelas e com “suspeitos” em participar do narcotráfico, percebe-se que a política do confronto armado e do enfrentamento acabou por se firmar como máxima nos primeiros anos de governo Sérgio Cabral. Porém não foi vista com bons olhos, sobretudo como medidas primeiras do chefe de estado na assunção do governo.

As megaoperações envolvendo as forças de segurança nas favelas para justificar as ações pacificadoras para erradicar o poderio das facções geraram altos índices de letalidade – nos primeiros meses de 2008, 358 civis foram mortos durante operações policiais no Rio de Janeiro<sup>26</sup> – e chamaram atenção de instituições de controle e de formadores de opinião para um caráter de extermínio que o estado parecia assumir. Com isso, em 2008, Cabral e Beltrame se juntaram para repensar a forma como o governo do Rio de Janeiro passaria a lidar com o crime. No lugar do conflito permanente, estava prestes a ser instaurado um programa gradual de aproximação da polícia das favelas cariocas. Ao menos à princípio, no lugar do confronto armado, havia a promessa de uma polícia que pregava a proximidade e a atuação em caráter de normalidade.

#### **4. AS UPPS E A PROPOSTA DE UMA NOVA ABORDAGEM**

As Unidades de Polícia Pacificadora representam uma polícia diferente das civis e federais, as quais se conhece. Durante o governo de Sérgio Cabral, com a Secretaria de Segurança do Estado (Seseg) sob o comando de José Mariano Beltrame, a primeira UPP foi instalada em 19 de dezembro de 2008 no morro Santa Marta, no bairro de Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro. O programa foi inspirado em uma experiência bem-sucedida na área de Segurança Pública em Medellín, na Colômbia<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> Instituto de Segurança Pública. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br/NoticiaDetalhe.asp?ident=133>>. Acesso: 14 nov. 2013.

<sup>27</sup> No início dos anos 2000, a cidade de Medellín, na Colômbia, passou por uma campanha de desarmamento da população e um fortalecimento da Polícia Comunitária. Em 2006, a Polícia Nacional contava com um efetivo de 6.500 policiais, dos quais quase 300 eram comunitários. O resultado foi uma diminuição significativa dos índices

Como relatou a repórter Cristina Tardáguila em reportagem pela Revista Piauí em 2010<sup>28</sup>, no ano em que assumiu o governo do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral foi até a Colômbia conhecer as políticas que contribuíram para a diminuição dos índices de violência no país. Na Central de Polícia de Bogotá, o político assistiu a uma palestra de Hugo Acero, um sociólogo cujas ideias serviram de base para o projeto de pacificação, e que enfatizava o argumento de que a solução para a violência consistia em aliar segurança pública e cidadania.

Após a palestra, Sérgio Cabral, acompanhado de Aécio Neves e José Roberto Arruda, sobrevoou as favelas de Andalucía e Santo Domingo, onde 500 policiais eram responsáveis por regiões com 500 mil habitantes. A estratégia de policiamento era aplicada em conjunto com a viabilização de obras públicas naqueles locais, um método defendido pelo prefeito local Sergio Fajardo.

Depois de conhecer a política que parecia dar certo na Colômbia, Cabral voltou ao Brasil e anunciou a implementação das UPPs na cidade do Rio de Janeiro. As decisões foram tomadas em conjunto com a Polícia Federal (PF), cujo então delegado Roberto Alzir - atual Subsecretário Extraordinário de Grandes Eventos da Seseg – anunciou o primeiro passo: acionar o setor de inteligência da Secretaria de Segurança. A equipe elaborou um relatório que pontuava os locais no Rio de Janeiro que apresentavam maior deficiência do Estado, domínio ostensivo de traficantes armados ou milícias e que estavam sob controle de alguma facção. O relatório, inicialmente, apontou 97 áreas, que depois caíram para 47 em uma listagem de nível de periculosidade realizada pelas polícias Civil, Militar e pelo próprio setor de Inteligência.

O Instituto de Segurança Pública também colaborou para a elaboração do planejamento estratégico: cada área teve as informações sócio-econômicas e criminais levantadas para uma posterior estimativa de quantos homens da polícia seriam necessários para ocupar aquelas regiões. Depois destas etapas, restou a decisão de qual seria a ordem de ocupação no que dizia respeito ao tamanho das favelas. As menores, à princípio, seriam ocupadas primeiro em uma espécie de experimentação.

#### **4.1. A estrutura do programa de pacificação**

---

de criminalidade ,de 80 por 100 mil habitantes, em 1993, para 18 por 100 mil habitantes em 2005. Informações disponíveis na reportagem “Como Medellín venceu o crime”, de Lourival Sant’Anna, do jornal O Estado de S. Paulo. Disponível em <<http://www.lourivalsantanna.com/colo0067.html>>. Acesso: 29 out. 2013.

<sup>28</sup> Polícia, câmera e ação: como as Unidades de Polícia Pacificadora ocuparam dez favelas e todo o noticiário do Rio. Cristina Tardáguila, Reista Piauí, 2010. Disponível em <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-47/questoes-de-seguranca/policia-camera-acao>>. Acesso: 05 out. 2013.



Administrativamente, cada UPP está vinculada a um batalhão da PM. A orientação desta instituição é manter a ordem em favelas e morros antes dominados por facções criminosas e traficantes de drogas sem as táticas de repressão, enfrentamento ou combate armado, sob a luz de princípios de conciliação e proximidade.

No modo de organização, cada unidade tem a sua própria sede, com uma ou mais bases estabelecidas nos morros. A coordenação fica a cargo de um oficial comandante, que chefia um corpo de oficiais, sargentos, cabos e soldados, todos regidos pela Coordenadoria de Polícia Pacificadora que tem, desde agosto de 2013 – época de realização deste trabalho -, o comando do Coronel Frederico Caldas<sup>29</sup>.

Desde o seu surgimento no Rio de Janeiro, o programa de segurança foi tratado como a experiência mais bem-sucedida do governo da situação. Ancorados em índices que comprovam a diminuição no número de assaltos, sequestros e roubos, assessores, secretários e governador procuram reiterar a excelência e o sucesso da estratégia. Em um dos sites oficiais do programa, o UPP RJ, o secretário José Mariano Beltrame, responsável conjunto pela implantação do programa, afirmou: “As UPPs vieram para ficar. Não é só um projeto de segurança, é uma política de Estado, de valorização da vida e de geração de esperança para o povo carioca e fluminense”.<sup>30</sup>

O clima otimista é resultado da continuidade do projeto que, desde 2008 alcançou 36 favelas do Rio de Janeiro: Santa Marta (no bairro de Botafogo, na Zona Sul, inaugurada em 19 de dezembro de 2008), Babilônia e Chapéu Mangueira (no bairro do Leme, na Zona Sul, desde 10 de junho de 2009), Pavão-Pavaozinho e Cantagalo (em Copacabana e Ipanema, na Zona Sul, inaugurada em 23 de dezembro de 2009), Tabajaras e Cabritos (em Copacabana, inaugurada em 14 de janeiro de 2010), Escondidinho e Prazeres (nos bairros do Rio Comprido e Santa Teresa, entre a Zona sul e a área central da cidade, em 25 de fevereiro de 2011), Rocinha (no bairro de São Conrado, na Zona Sul, em 20 de setembro de 2012), Vidigal (entre os bairros do Leblon e São Conrado, na Zona Sul, em 18 de janeiro de 2012), Cerro-Corá (no

---

<sup>29</sup> O coronel Paulo Frederico Borges Caldas era, até o dia 8 de agosto de 2013, coordenador de Comunicação Social da Polícia Militar. Na assunção, ele ocupou o cargo do coronel Paulo Henrique de Moraes, que assumiu o Estado Maior Operacional. Estas mudanças ocorreram por conta da exoneração de Eirir Ribeiro Costa Filho, que deu o lugar no posto de comandante-geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro a José Luís Castro Menezes. Eirir Ribeiro teve de abandonar o cargo após envolvimento em atos polêmicos que revogavam punições a policiais militares por causa de faltas, atrasos e questões internas. Segundo anúncio do Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, o ex-funcionário da PM agiu, erroneamente, com intenção de aumentar o efetivo da corporação. As informações foram divulgadas pelo site de notícias G1. Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/08/coronel-frederico-caldas-e-o-novo-coordenador-das-upps-do-rj.html>>. Acesso em 08 out.2013.

<sup>30</sup> Site oficial das Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro. Disponível em [http://www.upprj.com/index.php/as\\_upps](http://www.upprj.com/index.php/as_upps). Acesso em 08/10/2013

bairro do Cosmo Velho, na Zona Sul, em 3 de junho de 2013), o morro do Borel (no bairro da Tijuca, na Zona Norte, em 7 de junho de 2010), Formiga (também no bairro da Tijuca, no dia 1º de julho de 2010), Andaraí (no bairro de mesmo nome, na Zona Norte, em 28 de julho de 2010), Salgueiro (na Tijuca, na Zona Norte, em 19 de setembro de 2010), o morro do Turano (entre os bairros da Tijuca e do Rio Comprido, na Zona Norte da capital, em 30 de outubro de 2010), os morros São João, Matriz e Quietão (no bairro do Engenho Novo, na Zona Norte, em 31 de janeiro de 2011), Macacos (em Vila Isabel, na Zona Norte, em 30 de novembro de 2011), Mangueira (no bairro de mesmo nome, na Zona Norte, em 3 de novembro de 2011), Nova Brasília (em Bonsucesso, na Zona Norte, em 14 de abril de 2012), Fazendinha (no complexo de favelas da Penha, na Zona Norte, em 18 de abril de 2012), Adeus e Baiana (também no complexo de favelas da Penha, em 11 de maio de 2012), o morro do Alemão (na Zona Norte, em 30 de maio de 2012), Chatuba (no Complexo da Penha, em 27 de junho de 2012), Fé e Sereno (também na Penha, em 27 de junho de 2012), Parque Proletário (na Penha, em 28 de agosto de 2012), Vila Cruzeiro (na Penha, em 28 de agosto de 2012), Jacarezinho (no bairro de mesmo nome, na Zona Norte, em 16 de janeiro de 2013), Manguinhos (no bairro de mesmo nome, na Zona Norte, em 12 de janeiro de 2013), Barreira do Vasco e Tuiuti (no bairro de São Cristóvão, na Zona Norte, em 12 de abril de 2013), Caju (no bairro de mesmo nome, na Zona Norte, em 12 de abril de 2013), Arará e Mandela (no complexo de Manguinhos, na Zona Norte, em 6 de setembro de 2013), Complexo do Lins de Vasconcelos (na Zona Norte, em 6 de outubro de 2013), no Morro Camarista Méier (no Méier, Zona Norte, em 6 de outubro de 2013), Cidade de Deus (no bairro de Jacarepaguá, na Zona Oeste, em 16 de fevereiro de 2009), Batan (no sub-bairro de Realengo, Zona Oeste, em 18 de fevereiro de 2009), Providência (no Centro, em 26 de abril de 2010), Coroa, Fallet e Fogueteiro (também no Centro, em 25 de fevereiro de 2011) e São Carlos (em 17 de maio de 2011).

Segundo o site oficial do programa, coordenado por assessores da Secretaria de Segurança do Governo do Estado, as Unidades de Polícia Pacificadora trabalham com uma filosofia integradora entre instituição e população moradora das favelas em busca de uma convivência harmoniosa e pacífica pautada pela integração e pela ajuda mútua entre as partes envolvidas. Para atingir o objetivo das bases de polícia, no entanto, os moradores têm de estar dispostos a uma interação com estes policiais, seus novos vizinhos:

As UPPs trabalham com os princípios da polícia de proximidade, um conceito que vai além da polícia comunitária e que tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública. A atuação da polícia pacificadora, pautada pelo diálogo e pelo respeito à cultura e às características de cada comunidade, aumenta a interlocução e favorece o

surgimento de lideranças comunitárias.<sup>31</sup>

As áreas potencialmente suscetíveis a receberem UPPs são definidas por critérios estabelecidos pela Secretaria de Estado de Segurança e pelo próprio Instituto de Segurança Pública (ISP) como “aquelas compreendidas por comunidades pobres, com baixa institucionalidade e alto grau de informalidade, em que a instalação oportunista de grupos criminosos ostensivamente armados afronta o Estado Democrático de Direito”<sup>32</sup>. No entanto, muitos morros cariocas dentro deste perfil ainda não receberam o projeto. As possibilidades para o preterimento são questionadas por especialistas, críticos e demais atores sociais, que chegam a atribuir a preferência do governo a territórios próximos à Zona Sul do Rio de Janeiro ou a áreas de forte especulação imobiliária.

O órgão oficial do estado é responsável também por posicionar os objetivos das estratégias de implementação das Unidades de Polícia Pacificadora. De acordo com o ponto de vista de controle territorial, é definido que:

A UPP objetiva consolidar o controle do Estado sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada e devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico.<sup>33</sup>

A defesa do manutenção de um território propício ao desenvolvimento social e econômico está aliada à existência de um lugar isento de influência da criminalidade. Para a construção deste novo lugar, não caracterizado como tal pelo Estado até a chegada das UPPs o governo estabelece uma regulamentação nesta nova configuração da polícia.

#### **4.2. Regulamentação das Unidades de Polícia Pacificadora**

Com o intuito de regulamentar as atividades da Polícia Pacificadora e definir atividades e estabelecer procedimentos padronizados, o governador Sergio Cabral instaurou o Decreto nº. 42.787 de 06 de janeiro de 2011. De acordo com o documento, que estipula definição e objetivos da UPP, o programa de pacificação envolve quatro etapas subsequentes e interdependentes. A primeira delas é a intervenção tática. Nesta, são deflagradas ações

<sup>31</sup> Site oficial das Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro. Disponível em <[http://www.upprj.com/index.php/as\\_upps](http://www.upprj.com/index.php/as_upps)>. Acesso em: 8 out. 2013.

<sup>32</sup> Site do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=261>>. Acesso: 11 out. 2013

<sup>33</sup> Site oficial das Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro. Disponível em <[http://www.upprj.com/index.php/as\\_upps](http://www.upprj.com/index.php/as_upps)>. Acesso em 08/10/2013>. Acesso em: 11 out. 2013.

táticas, especialmente pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), pelo Batalhão de Choque (BPCChoque) e por outros efetivos com o objetivo de recuperação do controle estatal sobre áreas ilegalmente subjogadas por grupos criminosos armados.

Após a intervenção tática, há a chamada “estabilização”. Nesta etapa, são intercaladas ações de intervenção tática e ações de cerco da área delimitada, antecedendo o momento de instalação da futura UPP. A implementação propriamente dita da UPP acontece quando policiais militares orientados para o exercício da filosofia de polícia de proximidade chegam à favela e passam a ocupar a área. Esta etapa tem a justificativa oficial de “preparar a comunidade para a chegada de outros serviços públicos e privados que possibilitem sua reintegração à sociedade democrática”<sup>34</sup>.

A última etapa compreende a avaliação e o monitoramento. Nesse momento, tanto as ações de polícia pacificadora, quanto as de outros atores prestadores de serviços públicos e privados nas comunidades contempladas com UPP passam a ser avaliados sistematicamente com foco nos objetivos e resultados. Os dados levantados são encaminhados à Coordenadoria do Programa de Pacificação, que, com isto, tem um controle de ocorrências, demandas e ajustes que necessitam ser feitos para melhorar a atenção à área ocupada.

É importante ressaltar que esta é a organização descrita pelo governo do estado e que, durante a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora, muitas ações destoantes são observadas e relatadas pela imprensa. É comum, por exemplo, que não sejam seguidos à risca o respeito aos direitos humanos e à cidadania quando os batalhões de choque e de operações especiais chegam à favela. Por muitas vezes foram relatados casos de abuso de poder e até agressão física por parte de policiais neste período de “adaptação”.

### **4.3. Policiamento comunitário: uma experiência sem ineditismo**

Desde o ano de 2008, foram instauradas 36 Unidades de Polícia Pacificadora em comunidades cariocas, compreendendo majoritariamente favelas da Zona Norte, além de algumas das Zonas Sul e Oeste e Centro. No início, o programa sofreu críticas porque as primeiras comunidades a receberem UPPs foram as de áreas situadas na Zona Sul do Rio de Janeiro, a mais rica da cidade, sendo uma forma de, com isso, reduzir a criminalidade nos bairros mais abastados, e não naqueles mais violentos, como deveria ser de se esperar. As autoridades, em resposta a essas críticas, alegaram que a iniciativa de começar pela Zona Sul do Rio, onde se situam favelas menores, foi uma consequência da necessidade de maior

---

<sup>34</sup> Ibidem

efetivo policial para ocupar as favelas maiores, como o Complexo do Alemão.

Nos anos seguintes a 2008, o programa teve avaliação positiva por alguns especialistas, e o destaque obtido chamou atenção de autoridades de outros estados. No Paraná as Unidades Paraná Segura (UPSs) foram criadas para atender as comunidades de Curitiba; no Maranhão, as Unidades de Segurança Comunitária (USCs), e no Rio Grande do Sul foram criados os Territórios da Paz (TP). Todos os programas inspirados nas Unidades de Polícia Pacificadora.

O Policiamento Comunitário não é, no entanto, algo de exclusividade do Brasil. O método é usado em outras partes do mundo, como no Canadá. Este policiamento, também definido como policiamento orientado para a solução de problemas, é baseado, ainda que teoricamente, na aproximação entre polícia e comunidade e se utiliza de modelos de inteligência baseados também no uso sistemático de tecnologias da informação para combater o crime através de um viés mais analítico do problema e na busca pela eficácia da ação policial.

Para a Chefe da Divisão de Serviços Nacionais de Polícia Comunitária do Canadá, Shelly Dupont, “não se trata de uma polícia ‘boazinha’ no combate ao crime mas que, além de combatê-lo, vai procurar suas raízes para resolvê-lo”<sup>35</sup>. Dupont também acredita que a participação da população é essencial para a elucidação dos crimes – tanto quanto a participação da polícia. A prática de interação entre instituição e cidadãos é uma das coordenadas para que se atinja o equilíbrio da convivência e a confiança entre estes dois grupos.

Com um panorama parecido, a prática do policiamento comunitário já se transformou no discurso oficial de segurança pública e tem sido bem sucedida também em países como Japão, Cingapura, Grã-Bretanha, Canadá, Austrália, Irlanda do Norte e por quase todos os países escandinavos. No Brasil, houve e ainda há relevantes experiências de policiamento comunitário para além das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) – ainda que limitadas e esporádicas.

Em São Paulo, uma experiência eficaz e reconhecida é a das bases de policiamento do distrito do Jardim Ângela e de seu sub-bairro, o Jardim Ranieri. Classificada em 1996 pela ONU como o local mais violento do mundo (ostentava uma alarmante taxa de 116,23 homicídios por 100 mil habitantes), a localidade do Jardim Ângela, de 260 mil habitantes

<sup>35</sup>Shelly Dupont se apresentou no Seminário Pan-Americano de Polícia Comunitária e Segurança Cidadã, em junho de 2010, no Hotel Intercontinental, no Rio de Janeiro. A palestra foi organizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp/MJ). Reportagem: “Policiamento comunitário: evolução, não revolução”, de Marina Lemle, do portal Comunidade Segura. Disponível em: <<http://www.comunidadessegura.org/pt-br/node/34623>>. Acesso em: 08 nov. 2013.

ganhou em 1998 a primeira base – hoje já são cinco delas. A conquista surgiu da mobilização da própria comunidade, que exigiu uma nova atitude por parte dos policiais em substituição a um histórico de violência e abusos. Segundo o pesquisador e sociólogo Marcos Rolim (2006), em cerca de um ano, pesquisas informais já apontavam drástica redução de até 40% dos crimes no entorno do distrito.

A própria cidade do Rio de Janeiro já havia experimentado, no ano 2000, o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE). As áreas-teste foram as comunidades do Cantagalo, Pavão e Pavãozinho, em Copacabana, na Zona Sul carioca, e não houve sucesso. O caso de São Paulo chegou a ser bem-sucedido, assim como as bases comunitárias de polícia de Macapá e Vitória, que também tiveram sua eficácia comprovada em números.

A difusão destes projetos no Brasil, além dos já citados pelo mundo, não confirma, porém, que alcançamos uma transição efetiva no modelo de se pensar o policiamento. Prioriza-se muito mais, ainda hoje, no país e no mundo, o modelo de policiamento reativo, enquanto o policiamento comunitário fica circunscrito a programas especiais dos governos.

As experiências de aproximação entre polícia e comunidade aqui citadas são alvo frequente de elogio e apreciação de pesquisadores e interessados da área de segurança pública. Verdadeiramente, em sua obra sobre policiamento comunitário, pesquisadores como, J.H. Skolnick e D. Bayley (*apud* ROLIM, 2006) destacam a grande manifestação de adesão e apreço que esta estratégia desperta em todo o mundo. No entanto, após estes cinco anos de existência das polícias pacificadoras no Rio de Janeiro, muitos foram os relatos de moradores destas comunidades de terem tido a sua liberdade diminuída. O controle da ordem pública estabelecido por decreto, para eles se tornou, em muitos casos, censuras a atividades de lazer como festivais de música e, o métodos abusivos de abordagem policial.

Segundo moradores, em algumas comunidades, O BOPE instaura toques de recolher, revistas vexatórias, invasões de residências, saques, agressões, torturas, humilhações e outros tipos de abusos. O destaque, no entanto, não é dado a estes casos. Provavelmente porque a grande mídia não dá voz aos moradores destes territórios e porque o programa de segurança pública que envolve as UPPs virou arma nos jogos de interesse político e de poder.

## 5. A INSTAURAÇÃO DA UPP COMO POLÍTICA PÚBLICA

Desde dezembro de 2008, quando foi instalada a primeira Unidade de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro, no Morro Santa Marta, o projeto é visto por estudiosos e criminalistas como uma aposta promissora, algumas vezes com ressalvas, para a diminuição dos índices de violência no estado. Após cinco anos de existência da UPP, as análises demonstram um certo clima de otimismo ou cautela.

Como se pode perceber na fala das próprias autoridades envolvidas, a política de implementação de UPPs segue uma linha progressista e é defendida como o mais importante programa de segurança pública do país, como pode ser notado no discurso disponível no site oficial do programa:

A UPP é o mais importante programa de segurança pública realizado no Brasil nas últimas décadas. Com todos os esforços que estão sendo feitos para ampliar e fortalecer o programa de polícia pacificadora, o governo do estado, em parceria com empresas da iniciativa privada e o governo federal está investindo no reaparelhamento da polícia: com novos equipamentos, veículos e modernas tecnologias.<sup>36</sup>

A ênfase de investimento na política de pacificação não fica restrita à capacitação de novos profissionais e à formação policial. O governo do estado vincula o método a soluções

---

<sup>36</sup>UPP RJ. Disponível em <[http://www.upprj.com/index.php/as\\_upps](http://www.upprj.com/index.php/as_upps)>. Acesso: 13 nov. 2013

tecnológicas com uma intenção de inserir o modelo também em uma estratégia de inteligência, precedida por diagnósticos e avaliação de áreas de risco e maior necessidade.

Os que veem a estratégia do governo com bons olhos apostam na medida como principal solução para a criminalidade no Rio de Janeiro, um modelo de intervenção governamental que aproxima a polícia das favelas, recupera o monopólio do Estado sobre os territórios antes tutelados por poderes paralelos e devolve àquela população um espaço de convivência isento do tráfico de entorpecentes e de criminalidade. A análise do doutor em Sociologia pelo Instituto de Pesquisa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Luiz Flávio Saporì, caracteriza esta interpretação:

A UPP (...) é a extensão de um direito elementar da cidadania, que é o direito à segurança a comunidades historicamente carentes não apenas da presença do Estado Social como também do Estado de Direito. A UPP não vai acabar com o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, porém, pode evitar que esse comércio seja realizado com base na coerção física e psicológica dos moradores das comunidades mais empobrecidas.<sup>37</sup>

A forma como Saporì aborda a questão, no entanto, inspira cuidados, por conta de o modelo implementado pelo governo ser constantemente criticado pela maneira como alguns policiais, comprovadamente, conduzem as abordagens à população, e porque, de alguma forma, cerceia a liberdade coletiva, ao restringir atividades culturais e o direito de ir e vir de quem mora nos morros.

## 5.1 As estratégias para a legitimação do ‘pacificar’

Desde antes da inauguração da primeira UPP no Rio de Janeiro, a equipe de assessoria de comunicação da Secretaria de Segurança Pública trabalha para divulgar as propostas da instituição e legitimar a visão positiva do programa. Através de vídeos, *spots*<sup>38</sup> de rádio e textos institucionais, a assessoria de imprensa do órgão veicula informações sobre as UPPs, sobre projetos sociais concomitantes, sobre os atores sociais envolvidos, além de depoimentos de porta-vozes eleitos para explicar o assunto, entre eles o Secretário de Segurança Pública José Mariano Beltrame, que acompanha o governador desde a sua posse, e o Coronel Robson Rodrigues, comandante das Unidades de Polícia Pacificadora.

---

<sup>37</sup>SAPORI, Luiz Flavio. A segurança Pública no Brasil. Revista Em debate. Belo Horizonte, v.3, n.1, p. 11-15, jan. 2011.p.15.

<sup>38</sup>Fonograma usado como peça publicitária em rádio, feita por uma locução simples ou mista (duas ou mais vozes), com ou sem efeitos sonoros e música de fundo.



Na época da criação do programa, a assessoria de comunicação da Seseg, junto com uma renomada empresa de assessoria de imprensa, colocou no ar o site UPP Repórter e montou um perfil no microblog Twitter<sup>39</sup> para divulgar as ações bem-sucedidas do programa, entrevistas com José Mariano Beltrame e com subsecretários. Na época, sob o comando de Dirceu Viana<sup>40</sup>, a medida confirmou uma tendência no que dizia respeito às tentativas de aproximação da polícia em relação ao público, no caso os internautas, mas, por extensão, a sociedade e formadores de opinião.

As estratégias de comunicação da Secretaria envolvem, desde aquele momento, uma infinidade de métodos que buscam referenciar as UPPs como alternativa ideal para as melhorias no combate ao crime e para a devolução da paz e da civilidade aos moradores das favelas cariocas.

A repórter Cristina Tardáguila fez uma reportagem pela Revista Piauí, em agosto de 2010, sobre as práticas de comunicação implementadas por Dirceu Viana e seguidas pelas equipes da Seseg para veicular uma boa imagem da polícia pacificadora<sup>41</sup>. A matéria esmiúça todo o preparo do pessoal: desde os policiais até os comandantes e vice-comandantes responsáveis pelas UPPs para atender às demandas dos jornalistas e para conceder depoimento sobre o programa. Entre algumas técnicas de preparação, foram destacados o media training concedido pelo chefe de comunicação às equipes de policiais e as orientações para que eles tivessem o “cuidado” de manter inabalada a imagem das Unidades de Polícia Pacificadora:

Façam o trabalho policial como ele tem que ser feito e fiquem atentos. A UPP é uma vitrine construída com dificuldade. Se chegamos até aqui, é porque cativamos o povo. E agora que as pessoas começaram a acreditar que é possível retomar o Rio, o cuidado tem que ser redobrado.<sup>42</sup>

Àquela época, dois anos depois de a primeira Unidade de Polícia Pacificadora ter sido instalada, Dirceu Viana tinha designada a função de manter intacta a imagem das UPPs que,

---

<sup>39</sup>A conta @UPPreporter, do Twitter, foi substituída pelo perfil @upprj em dezembro de 2010. Disponível em <<http://www.twitter.com/upprj>>. Acesso em: 28 out. 2013.

<sup>40</sup>Dirceu Viana chefiou a equipe de jornalistas da Secretaria de Segurança Pública desde o início da gestão Sérgio Cabral, em 2007, até 2010, quando o posto foi ocupado por Ana Miguez.

<sup>41</sup>“Polícia, câmera, ação: Como as Unidades de Polícia Pacificadora ocuparam dez favelas e todo o noticiário do Rio”, de Cristina Tardáguila, Revista Piauí. Disponível em <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-47/questoes-de-seguranca/policia-camera-acao>. Acesso: 7/11/2013

<sup>42</sup> “Polícia, câmera, ação: Como as Unidades de Polícia Pacificadora ocuparam dez favelas e todo o noticiário do Rio”, de Cristina Tardáguila, Revista Piauí. Disponível em <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-47/questoes-de-seguranca/policia-camera-acao>. Acesso: 7/11/2013

estatisticamente, causavam boa impressão por terem colaborado para quedas no número de homicídios em alguns bairros da cidade e por terem elevado a chamada “sensação de segurança”, como o veículo de comunicação do governo do estado afirma existir.

Viana foi também o responsável pela aproximação de José Mariano Beltrame da opinião pública, com agendamento de almoços mensais com formadores de opinião e jornalistas e com a orientação de que ele falasse com a imprensa em todos os eventos oficiais da Seseg. Mas não adiantava administrar os responsáveis por postos altos e não ter garantida a satisfação dos policiais e comandantes que ajudavam a construir a UPP dia a dia. Para isso, o próprio secretário criou uma estratégia, como pontuou Tardáguila:

Beltrame abriu um canal de comunicação direto com os comandantes das UPPs. Liga para seus celulares e instruiu os subsecretários a atendê-los sempre que chamados. Assinou convênio com a Prefeitura do Rio para que todos os policiais da pacificação recebessem um bônus de 500 reais. Na última formatura do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, em 20 de abril, o PM escalado para subir um morro com UPP sentia-se premiado.<sup>43</sup>

As medidas tiveram como foco o reconhecimento interno daquele novo contingente policial que chegava às favelas e, para aproximar os moradores da corporação, chegaram a ser organizados bailes de debutantes nos quais comandantes das UPPs dançavam valsa com as aniversariantes da favela. Para Beltrame, em depoimento em uma reportagem de Wilson Mendes, no jornal Extra, o evento, além de servir para a realização de sonhos das jovens, tinha o propósito de apresentar outro caráter: “Não é só uma festa, é uma forma de mostrar novas perspectivas a essas jovens”<sup>44</sup>.

## 5.2 Depois da política de guerra, uma política de ‘pacificação’

Depois de três décadas de experiências fracassadas de programas de segurança pública no Rio de Janeiro, as Unidades de Polícia Pacificadora têm sido tratadas como uma resposta bem-sucedida para a questão da violência e da criminalidade no estado. De fato, em mais de cinco anos de existência, o programa já ganhou a adesão de diferentes grupos da sociedade, mesmo com a qualificação de críticas e apontamento de falhas e limites desta política. O fato é que, em vista dos resultados caóticos das políticas de enfrentamento do início do governo Cabral, a UPP ganhou uma configuração alentadora ao passo que se mostrou menos criticada

---

<sup>43</sup> Ibidem

<sup>44</sup> UPP providencia baile de debutantes, de Wilson Mendes. Jornal Extra Disponível em <<http://extra.globo.com/noticias/rio/upp-providencia-baile-de-debutantes-6907069.html>>. Acesso: 05 nov. 2013

que as ações organizadas entre 2006 e 2008.

Os primeiros anos da gestão do governador Sérgio Cabral Filho, que assumiu o cargo em 2007, tiveram estratégias claras no que diz respeito ao tratamento da segurança pública. Os discursos dos agentes relacionados ao governo legitimavam uma prática de segurança baseada na política de confronto ou enfrentamento, como se pôde ver, que tiveram como efeito a propagação das megaoperações policiais e o aumento significativo dos autos de resistência<sup>45</sup>, de crimes cometidos pelo próprio Estado e sem a devida investigação pública.

Como política pública estabelecida no governo da situação, com início dois anos depois da posse do governador Sérgio Cabral Filho, no entanto, faz-se necessário entender a descrição oficial das Unidades de Pacificadora disponibilizada pelo veículo oficial criado àquela época para divulgar a estratégia de pacificação, o UPP Repórter:

As UPPs são um novo modelo de Segurança Pública e de policiamento que promove a aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades. Ao recuperar territórios ocupados há décadas por traficantes e, recentemente, por milicianos, as UPPs levam a paz às comunidades e representam uma importante “arma” do Governo do Estado do Rio e da Secretaria de Segurança para recuperar territórios perdidos para o tráfico e levar a inclusão social à parcela mais carente da população.<sup>46</sup>

A citação acima foi lançada dois anos depois da inauguração da primeira UPP e substituída por outra definição, mais branda, que substitui por exemplo, o trecho em que considera a UPP uma “arma” do governo do Estado e da secretaria de segurança para recuperar territórios perdidos. No site oficial UPP RJ consta a definição:

A Unidade de Polícia Pacificadora é uma pequena força da Polícia Militar com atuação exclusiva em uma ou mais comunidades, numa região urbana que tem sua área definida por lei. Cada UPP tem sua própria sede, que pode contar com uma ou mais bases (...) e trabalha com os princípios da polícia de proximidade, um conceito que vai além da polícia comunitária e que tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública. A atuação da polícia pacificadora, pautada pelo diálogo e pelo respeito à cultura e às características de cada comunidade, aumenta a interlocução e favorece o surgimento de lideranças comunitárias.<sup>47</sup>

<sup>45</sup> Expressão usada para registrar casos de civis mortos durante suposto confronto com a polícia e resistência à prisão. No ano de 2007, o número de autos de resistência registrados no Estado do Rio de Janeiro foi, segundo o relatório Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro, Justiça Global (org.), Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008. Disponível em <[http://br.boell.org/downloads/Relatorio\\_Milicias\\_completo.pdf](http://br.boell.org/downloads/Relatorio_Milicias_completo.pdf)>. Acesso: 18 nov. 2013

<sup>46</sup> O UPP Repórter também foi substituído pelo UPP RJ em dezembro de 2009, tendo mantido o mesmo domínio: <<http://www.upprj.com>>. Acesso: 02 dez 2009

<sup>47</sup> Ibidem

Como se vê, a definição do conceito estabelece um foco na filosofia da polícia de proximidade e comunitária que busca colocar, em lugar das alternativas repressivas que amedrontavam os moradores da favela, possibilidades de interação entre oficiais e habitantes, no que se assemelha a uma sugestão de convivência harmônica.

Esta estratégia não dispensa, no entanto, a análise crítica dos conceitos e das práticas aplicadas. Por conta disto, pretende-se analisar as propostas oficiais veiculadas nos canais da secretaria e do governo com a intenção de entender o significado destas sugestões.

## **6.0 ANÁLISE DE CONTEÚDO APLICADA AO CASO DA POLÍCIA PACIFICADORA**

Esclarecidos o contexto da segurança pública no Rio de Janeiro nas últimas décadas e as políticas adotadas pelos governos para estabelecer o controle das favelas e conter o poderio das facções criminosas, passaremos ao estudo do material de pesquisa selecionado. Ele servirá de base para apontar os principais argumentos deste trabalho monográfico: a da existência de uma intenção de abrandar os efeitos da ocupação policial em favelas cariocas e de privilegiar a suposta existência de uma realidade harmônica e pacífica nos territórios que tiveram o programa instalado.

Como metodologia para a decomposição das estratégias de comunicação do programa das Unidades de Polícia Pacificadora e escolheu-se a Análise de Conteúdo (AC). A técnica permite observar de que maneira a linguagem é usada para a produção de sentidos e, no contexto da formulação de uma política de segurança pública, a análise pode contribuir para a identificação dos artifícios empregados para a produção de uma materialidade simbólica significativa.

### **6.1 Delimitação do corpus de pesquisa**

Para compreender as ideias organizadas por meio da linguagem e a maneira como elas influenciam o raciocínio do receptor da mensagem, foram escolhidos para análise do conteúdo os discursos oficiais dos porta-vozes do governo do estado do Rio de Janeiro e da Secretaria de Segurança Pública e as peças publicitárias por eles chanceladas. Para obtenção destas mensagens recorreu-se aos sites oficiais do programa - o UPP RJ e o UPP Social -, e aos canais de vídeo do Youtube monitorados pela equipe de Comunicação Social da Polícia Militar, pela Seseg e pelo governo do estado para o lançamento de peças de divulgação do programa das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro. Desta maneira, buscou-se identificar as principais recorrências e interesses subjulgados nas falas por meio da observação da escolha das palavras, das construções realizadas e do sentido elaborado.

Os porta-vozes do governo estão representados pelo governador que implantou a política das UPPs no Rio de Janeiro, Sergio Cabral Filho, pelo Secretário de Segurança Pública que o acompanhou durante o mandato, José Mariano Beltrame, pelo Coronel Robson Rodrigues<sup>48</sup>, chefe do Estado-Maior Administrativo da Polícia Militar do Rio de Janeiro e coordenador-geral das Unidades de Polícia Pacificadora do ano de implantação até 2012, e pelo coronel Frederico Caldas, comandante da Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) em 2013.

Os discursos foram obtidos da extração de oito mensagens de vídeos e peças publicitárias em um recorte de dois anos (de maio de 2012 até 6 de outubro 2013), relativo ao período de tempo em que as peças de divulgação foram publicadas e permaneciam disponíveis para acesso. A análise, sequencial, qualitativa e cronológica, tem por objetivo observar como as equipes de comunicação trabalham para veicular mensagens positivas no intuito de perpetrar a boa imagem do programa no imaginário social.

## **6.2 Contexto de publicação do material analisado**

No período de realização deste trabalho monográfico, o programa de pacificação já tinha instalado 36 UPPs em favelas do Rio de Janeiro. As vitrines para a sua chegada já tinham sido lançadas, algumas das primeiras favelas que tiveram unidades de polícia alojadas serviam de modelo para os propagandas sobre o programa e de atração turística mas, em

---

<sup>48</sup>Após o comando do Coronel Robson Rodrigues, a coordenadoria das UPPs já teve passagem de 3 oficiais: o Coronel Rogério Seabra, o coronel Paulo Henrique Azevedo de Moraes, até chegar, em 2013 às mãos do Coronel Frederico Caldas. O motivo recorrente para as diversas mudanças nos cargos foi a repercussão de fatos na imprensa que indicavam que, mesmo após terem UPPs instaladas, algumas favelas continuavam dominadas pelo tráfico, que chegou a assassinar policiais.

contrapartida, a imprensa veiculava fatos que desmentiam a inexistência de tráfico de drogas e criminosos em territórios ocupados pelas Unidades de Polícia Pacificadora, e ainda pairavam dúvidas sobre a validade e a eficácia das UPPs como política pública de segurança ideal para o estado.

Alheio às notícias negativas relacionadas às UPPs, o governo do estado procurou agregar iniciativas que colaborassem para a melhoria da imagem das unidades de polícia. Para aliar o caráter de política de segurança ao de política social, os gestores do estado do Rio de Janeiro firmaram parcerias com a prefeitura da capital e com entidades federais para a adoção de outra prática: junto com a chegada da força policial, as comunidades passariam a receber programas sócio-educativos e de promoção de atividades e serviços públicos, a UPP Social<sup>49</sup>. A maioria das iniciativas é feita sob a coordenação do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos e possibilita o acesso dos moradores a programas de mobilidade, urbanismo, saúde, entre outros serviços. Uma gama de estratégias que, mesmo sendo fruto de uma busca pela promoção da cidadania nas favelas, não deixa de ter vínculo com um caráter de instrumento político usado como panfleto para propagar os feitos do governo de situação.

### **6.3 Análise do material coletado**

A cada instalação de Unidade de Polícia Pacificadora, os órgãos responsáveis promoviam uma sessão de solene de apresentação, em que, na maioria das vezes, estavam presentes o comandante da unidade, o coordenador-geral de todo o programa, o secretário de segurança e o governador. A equipe de comunicação social da Seseg era responsável pela gravação de vídeos da cerimônia de inauguração assim como pela coleta de depoimentos dos envolvidos.

Além desta equipe, a imprensa também estava presente para a cobertura do evento, em busca do que iria estampar os jornais e/ou ser imediatamente inserido na lista de notícias dos sites. Fato é que, a cada UPP inaugurada, após o evento, a equipe de comunicação do governo do estado do Rio de Janeiro e da Seseg veiculava uma peça publicitária com informações sobre a nova unidade de polícia.

Em grande parte das vezes, o material produzido, audiovisual ou sonoro, além de dados sobre o contingente policial e de informações sobre a base instalada, traz uma música de referência à cultura popular – usualmente um samba – mesclada a depoimentos de supostos moradores e informações sobre a região incluída no programa.

---

<sup>49</sup>UPP Social. Disponível em <<http://www.uppsocial.org/programa/>>. Acesso: 11/11/2013

O conteúdo do material selecionado será analisado de forma qualitativa, cronológica e breve, mas com uma abordagem específica a cada contexto. As apreciações serão dispostas sob uma divisão mensal, em que estão registradas, pontualmente, ao longo de cerca de 24 meses de recorte de tempo, as mensagens veiculadas das diferentes unidades instaladas e os contextos em que se deu sua implementação.

Deste modo, pode-se verificar os padrões de tratamento dados ao tema e o esforço das instituições em veicular mensagens que tentam impor uma ideia de tentativa de resgate da genuinidade e da pureza da favela com a chegada da polícia comunitária.

A análise mais minuciosa de conteúdo vai esclarecer como o discurso que a secretaria e o governo do estado do Rio de Janeiro pretende difundir é cada vez mais pautado na “vitória contra o crime” e, como conforme o avanço da distribuição das unidades de polícia pelas favelas do Rio de Janeiro, reincide a tentativa de captar outras vozes para reforçar esta ideia de alcance de um ambiente de paz e harmonia pela presença da polícia.

### **Maio de 2012**

Em Maio de 2012, mais de um ano depois da ocupação do Complexo do Alemão e da Penha pela polícia, o governo do estado inaugurou as Unidades de Polícia Pacificadora no local. O evento, destinado aos policiais que integrariam as UPPs da localidade, à população e à imprensa, teve a presença das autoridades governamentais envolvidas na implementação do programa de pacificação: o governador do estado do Rio de Janeiro, Sergio Cabral, o secretário de Estado de segurança, José Mariano Beltrame, e o comandante da Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) naquela época, o coronel Rogério Seabra.

Através de uma peça de divulgação da estreia de mais uma Unidade de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro, a Secretaria de Estado de Segurança (Seseg), por meio de sua equipe de comunicação, colocou em seu canal de vídeos no Youtube mais um discurso oficial em alusão ao programa de pacificação. Na peça analisada, um vídeo de um minuto e três segundos, o então comandante da CPP, Rogério Seabra, comenta o episódio de inauguração de uma UPP em um dos complexos de favelas mais emblemáticos do Rio de Janeiro. No discurso, o coronel propõe uma reflexão que compara o passado dos territórios ocupados e a realidade prometida com a chegada da UPP:

Muito do passado acaba vindo à mente de todos nós quando chegamos aqui [no Complexo do Alemão]. Atrás de nós está a Pedra do Sapo, uma marco significativo da retomada da cidadania para todos nós (...) Faremos uma homenagem ao Tim Lopes, um jornalista, um cidadão, antes de tudo. Um trabalhador que, como nós da polícia, buscava, em algum momento do seu

trabalho, fazer e enaltecer a defesa da vida e da liberdade (...)<sup>50</sup>

A cerimônia de inauguração das UPPs do Complexo do Alemão e da Penha tinha a necessidade de simbolizar a chegada do Estado em um dos territórios com a maior dificuldade de penetração da polícia de acordo com o histórico de operações. Para vincular a chegada da polícia ao local a um ato de notável reconhecimento da luta contra o crime organizado e o tráfico de drogas, o comandante das UPPs decidiu fazer menção ao jornalista Tim Lopes, morto em 2002 por líderes do tráfico do Complexo do Alemão<sup>51</sup>. A maneira através da qual o comandante conduz o discurso deixa transparecer sua intenção de equiparar o papel da polícia ao do jornalista que agia em “prol da justiça e dos direitos do cidadão”, deixando margem à uma interpretação de que, a polícia de pacificação, ainda que tenha um trabalho de controle daquele território e ainda que tenha um histórico negativo no que se refere ao cuidado com os direitos humanos, buscaria trabalhar de forma a garantir a liberdade do cidadão e a defesa da vida.

Em outro trecho, o comandante da CPP cita os preceitos básicos da missão policial e, conseqüentemente, que devem ser perseguidos pelos oficiais das UPPs: “Qualquer agente policial deve ter isso como mantra, como busca incessante do que é ser cidadão: defender, cuidar, aproximar, proteger, trabalhar em prol do próximo, também trabalhando em prol de si próprio”.<sup>52</sup>

A mensagem do coronel Seabra, única reproduzida no vídeo, promove o entendimento do que a polícia considera, ao menos à priori, manter como princípios para a convivência dentro das regiões ocupadas. A realidade, porém, muitas vezes não condiz com os argumentos defendidos. Por algumas vezes, por exemplo, a imprensa relatou casos em que policiais de UPP cometeram abusos na abordagem de moradores e chegaram a ser envolvidos em casos de assassinatos, como ocorreu com o pedreiro Amarildo de Souza, torturado e morto por policiais da UPP da Rocinha em 14 de julho de 2013<sup>53</sup>.

---

<sup>50</sup>Secretaria de Estado de Segurança. Canal de vídeos do Youtube. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=cw3r2tm2vLw>>. Acesso: 30 nov. 2013

<sup>51</sup> O jornalista Tim Lopes foi morto em 2 de junho de 2002 após ser capturado por traficantes quando investigava sobre a exploração sexual de menores e sobre a venda de drogas em bailes funk da Vila Cruzeiro, vizinha ao Complexo do Alemão. Um ano antes, Tim Lopes havia ganhado o Prêmio Esso pela reportagem que denunciava a “Feira de Drogas” em localidades do complexo de favelas. Há suspeitas de que a morte do jornalista tenha sido encomendada por líderes do tráfico devido à repercussão da reportagem anterior, que fez com que dezenas de traficantes fossem presos e que o comércio de drogas diminuísse no local.

<sup>52</sup>Secretaria de Estado de Segurança. Canal de vídeos do Youtube. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=cw3r2tm2vLw>>. Acesso: 30 nov. 2013

<sup>53</sup> O pedreiro Amarildo de Souza foi dado como desaparecido em julho de 2013 após ter sido detido por policiais



O argumento do coronel também busca estabelecer a estratégia de proximidade como prática da filosofia de Polícia Comunitária ou Polícia de Proximidade, em que, há a interação e a cooperação mútua entre população e policiais para a resolução de problemas referentes à segurança dentro das favelas. No entanto, a prática nem sempre é reconhecida pelos moradores que, muitas vezes, se mostram desconfiados da aproximação policial ou resabiados com uma presença ostensiva e controladora dentro daquele território.

A fala do comandante da CPP é a única deste vídeo intitulado “Inauguração da UPP do Alemão – 30/05/2013”. Chama atenção a ausência dos depoimentos, neste vídeo, dos porta-vozes do governo estadual e da Secretaria de Estado de Segurança, Sergio Cabral e José Mariano Beltrame. Suas falas, porém, aparecem, mais ou menos vezes, em outros produtos audiovisuais produzidos pela instituição, como poderá ser constatado mais à frente.

### **Janeiro de 2013**

O vídeo analisado foi feito através da captura do discurso do secretário José Mariano Beltrame na cerimônia de inauguração das Unidades de Polícia Pacificadora de Manguinhos e do Jacarezinho, em 16 de janeiro de 2013. O evento, no qual também estavam presentes o governador Sergio Cabral, o vice-governador Luiz Fernando Pezão, representantes da Prefeitura do Rio de Janeiro, da Polícia Civil e da Polícia Militar, foi direcionado à população local e aos oficiais da polícia que passariam a circular pela área atendida. Em sua manifestação aos ouvintes, em menos de um minuto, José Mariano Beltrame comenta a importância da chegada do programa de pacificação às localidades. O que chama atenção, no entanto, é que, no vídeo, apenas a fala do secretário do Estado de segurança tem espaço, o que não acontece com discursos do representante máximo do governo do estado, Sergio Cabral, ou de outros agentes participantes do programa.

Com uma edição breve, de cinquenta e três minutos, o discurso de José Mariano Beltrame defende as mudanças que o morro do Jacarezinho e de Manguinhos podem experimentar com a pacificação, uma delas a liberdade de expressão da qual os moradores agora podem desfrutar, sem a reprimenda dos líderes do tráfico. Para defender esta mudança, Beltrame afirma que: “Antes talvez os senhores tivessem que pedir licença para alguém para poder se manifestar (...) Hoje os senhores estão livres para falar com qualquer uma das instituições que estão aqui (...)”.<sup>54</sup>

na porta de sua casa e conduzido até a UPP da Rocinha. O caso se tornou símbolo de casos de abuso de autoridade e violência policial, sobretudo após a constatação de que houve crime de tortura e ocultação de cadáver por parte da polícia. Dez oficiais foram indiciados pelos crimes, entre eles o major Edson Santos, comandante da UPP da Rocinha à época do desaparecimento. Informações disponíveis em <http://oglobo.globo.com/rio/dez-policiais-sao-indiciados-no-caso-amarildo-10221199>. Acesso: 29/11/2013

<sup>54</sup>Secretaria de Estado de Segurança Pública. Canal de vídeos do Youtube. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=AVIEt14soEY&list=UUgsgtNlbPV1nn-0j1aYE-IQ>>. Acesso: 30 nov.2013

A fala do secretário de segurança é permeada por uma característica comum das manifestações oficiais sobre o programa de pacificação: a comparação da “nova era” com a época em que os territórios ocupados eram dominados pelos ditos “inimigos a serem combatidos”: os líderes do tráfico. Em contraposição ao que, segundo eles, acontecia nos períodos anteriores ao processo de pacificação, as autoridades governamentais propõem uma prática distinta, baseada em trocas e interações, como aparece na fala do secretário no discurso: “A nossa proposta é de troca, uma proposta de aprendizado. E os policiais, com estas ações, fazem com que a legitimidade da Polícia Militar a cada dia aumente”.<sup>55</sup>

O discurso, mais uma vez, tende a dar destaque aos aspectos positivos da ocupação e depositar esperança no futuro das Unidades de Polícia Pacificadora.

### **Março de 2013**

Em Março de 2013 foi publicado um vídeo em comemoração à pacificação dos morros Chapéu Mangueira e Babilônia, no Leme, na Zona Sul do Rio de Janeiro. A base da polícia militar chegou às comunidades em junho de 2009. A peça audiovisual foi publicada, no entanto, quatro anos depois. Como ocorre em grande parte das produções com o selo do governo do estado do Rio de Janeiro sobre as UPPs, a narrativa busca atrelar ao conteúdo uma música popular, com letra sugestiva da realidade da favela em sua época de pureza. No caso do vídeo em questão, a música escolhida foi “Alvorada”, de Cartola<sup>56</sup>.

O morro é descrito como “um cantinho do Leme onde o mar e a montanha vivem lado a lado, em total harmonia”. A harmonia também é usada para caracterizar a convivência entre os moradores do morro e do asfalto no bairro: “Hoje o que se vê são conversas cotidianas, pessoas circulando livremente, trabalho na porta de casa, comércio funcionando, direitos básicos devolvidos”. Como se percebe, o discurso veicula uma mensagem que denota a paz e a tranquilidade nos morros em questão. Quando a voz da narrativa diz “hoje”, há uma comparação que sugere que, em um tempo passado, as atividades descritas não eram possíveis.

O foco do vídeo, no entanto, é dado ao personagem morador do Chapéu Mangueira, Miguelzinho do Cavaco, um sambista que mora na comunidade há 40 anos e, assim como está configurada a nova realidade de onde vive, é “tranquilo e sereno”. No discurso a mensagem

---

<sup>55</sup>Secretaria de Estado de Segurança Pública. Canal de vídeos do Youtube. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=AVIEt14soEY&list=UUgstgNlbPV1nn-0j1aYE-IQ>>. Acesso: 30/11/2013

<sup>56</sup> A letra da música fala sobre as belezas do morro: Alvorada lá no morro que beleza/Ninguém chora, não há tristeza, ninguém sente dissabor/ O sol colorindo é tão lindo, é tão lindo/ E a natureza sorrindo, tingindo, tingindo. A composição é de Cartola.

de paz é reforçada e a todo tempo comparada à genuinidade do instrumentista e do local em que vive, como no trecho: “Se no morro as coisas estão em paz, no asfalto a tranquilidade também é percebida; quem frequenta o samba no Leme também notou a diferença, vibra e vive a nova fase do Rio de Janeiro”.

O discurso festeja, claramente, um objetivo alcançado e bem-sucedido. A todo o momento, a ideia passada é de que o território foi devolvido aos habitantes e permite possibilidades de prática de atividades culturais como o samba; agora, o ambiente não hostiliza quem vive na favela e ainda aglutina moradores do morro e do asfalto.

### **Abril de 2013**

O vídeo publicado em abril de 2013 e intitulado “**Governo inaugura mais duas UPPs na Zona Norte**” comenta a inauguração de duas Unidades de Polícia Pacificadora: Caju e Barreira do Vasco/Tuiuti. A peça, no entanto, não tem a finalidade apenas de anunciar a instalação das bases de polícia: outro aspecto ressaltado na peça audiovisual é o aumento salarial que os policiais de UPP passariam a receber, a partir daquela data. Atestado pelo depoimento do governador Sergio Cabral, a gratificação de 50% sobre o salário é referida na mensagem como “aumento para quem garante a segurança”. Ao comentar o reajuste, o governador do estado fez alusão à parceria entre gestão municipal e estadual: “É uma demonstração inequívoca desta parceria e desta confiança que a prefeitura tem no programa das UPPs. É um dia muito especial anunciar isso com a inauguração de duas UPPs”<sup>57</sup>.

Neste produto audiovisual, surge outro aspecto: a voz do vice-governador Luiz Fernando Pezão, que normalmente seria substituída pela do governador, passa a ter lugar, em uma estratégia de destacar sua participação no programa visando à candidatura ao governo do estado em 2014. Em seu depoimento, o vice-governador trata a chegada da UPP como uma libertação para os moradores:

Os cidadãos estão sendo libertos (...) Temos que saudar e agradecer a Deus cada vez mais e levarmos a paz a mais territórios para experimentar e vivenciar esta alegria que vocês estão vendo aqui hoje. E é importante que os filhos de vocês e vocês invistam de novo em uma profissão porque vão ter a oportunidade de exercer um emprego, de ter um salário digno.<sup>58</sup>

<sup>57</sup> Youtube. Canal de vídeos do governo do estado do Rio de Janeiro. Disponível em <<http://youtu.be/JUrcw-FjqVM>>. Acesso: 29 nov. 2013

A chegada das bases policiais é colocada como fator modificador da realidade local, em mais uma tentativa de legitimar a UPP como promotora da paz. No caso do depoimento de Pezão, há ainda o sentido de que a presença do Estado torna possível o uma novas perspectiva: sem o poderio do tráfico, os moradores podem investir em uma profissão e ter acesso a um salário digno. A fala do vice-governador provoca estranheza porque, de certa forma, generaliza o comportamento dos habitantes destas favelas ao estabelecer que antes da chegada da UPP eles não tinham uma profissão ou um emprego digno. Nota-se uma fala com estigmas de preconceito em relação àquele ambiente e aos seus moradores.

Em outro trecho do vídeo, porém, a fala do secretário de Estado de segurança reflete a necessidade de reparos e adequações no programa de pacificação. Mesmo com o reconhecimento da necessidade de melhorias, José Mariano Beltrame aponta para as constantes pendências de ajustes na prática e sugere que o progresso alcançado com a instalação da UPP prevalece, tendo em vista uma comparação entre as realidades anterior e posterior ao programa:

Temos que ficar muito atentos e fazer os ajustes que, porventura, sejam necessários (...) Eternamente vamos ter que fazer ajustes. Isto não é feito na prateleira, você não compra as coisas e bota para funcionar e resolve o problema. Você está lidando com pessoas, está lidando com instituições (...), isto é um eteno ajustar. Agora o que eu entendo que todos nós temos que observar é como estava qualquer um destes lugares antes e como está hoje.<sup>59</sup>

O conteúdo da fala de Beltrame recoloca o programa das Unidades de Polícia Pacificadora em um patamar de observação visto que o próprio secretário afirma ser preciso uma revisão constante dos métodos. No entanto, o que se pode perceber é que, sobretudo com última frase, o secretário tem a intenção de perpetuar que as UPPs promovem um avanço da qualidade de vida naqueles territórios.

### **Maio de 2013**

No vídeo de maior duração do site UPP RJ, intitulado “A UPP veio para ficar”, de dezesseis minutos, pode-se notar uma série de marcas discursivas que denotam a intenção de mostrar a eficiência e as melhorias na vida dos moradores com a chegada das Unidades de Polícia Pacificadora às favelas em oposição a como era a realidade antes da sua existência. O

---

<sup>58</sup> Ibidem.

<sup>59</sup> Youtube. Canal de vídeos do governo do estado do Rio de Janeiro. Disponível em <<http://youtu.be/JUrcw-FjqVM>>. Acesso: 29 nov. 2013.

discurso foi organizado com uma narração, intercalada por depoimentos de moradores das comunidades (como as favelas são tratadas em grande parte do vídeo), do comandante geral das UPPs na época Paulo Henrique de Moraes, do secretário de segurança pública José Mariano Beltrame e do governador Sergio Cabral.

No início da peça, uma voz anuncia que a maneira como o Rio de Janeiro era retratado pela imprensa antes e depois da instalação das unidades policiais teve uma significativa mudança: “o Rio de Janeiro deixou de frequentar o noticiário policial com manchetes da violência urbana para estampar notícias de suas mais recentes realizações na economia e no setor social”<sup>60</sup>. O discurso se apresenta de forma genérica e não cita nenhuma estatística que possa ter dado origem à informação. À propósito, no período em que o vídeo foi produzido, entre abril e maio de 2013, o tráfico de drogas e os crimes não deixaram de estampar o noticiário dos principais veículos de imprensa do Rio de Janeiro. Exemplo disto foram as frequentes citações e notícias não pontuais de ataques de bandidos às próprias Unidades de Polícia Pacificadora naquele mês, como relataram os principais jornais cariocas O Dia, Extra e O Globo<sup>61</sup>.

Em outro trecho, o vídeo narra o que teria dado origem aos problemas da cidade. Curiosamente, é estabelecido que “os graves problemas sociais e econômicos do Rio de Janeiro começaram com os primeiros registros de pessoas morando precariamente em morros no ano de 1860”<sup>62</sup>. Deste fragmento podem-se extrair duas inferências polêmicas: a de que o fato de as pessoas terem passado a ocupar moradias precárias nos morros deu início aos problemas sociais da capital e a de que, além disso, foram também as responsáveis pelo surgimento dos problemas econômicos ou, ainda, que estes problemas tiveram início simultaneamente à formação das favelas.

O discurso, que se assemelha ao das visões higienistas impostas por sanitaristas e formadores de opinião no início do século XX (que identificavam a pobreza como vetor de doenças e degenerados)<sup>63</sup>, aplica um tratamento desqualificador da favela e relativiza a

---

<sup>60</sup>UPP RJ. Disponível em <[http://www.upprj.com/index.php/as\\_upps](http://www.upprj.com/index.php/as_upps)>. Acesso: 20 nov. 2013

<sup>61</sup>O Globo Online. Traficantes atiram contra policiais da UPP do Alemão. 22/05/2013. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/rio/traficantes-atiram-contra-policiais-da-upp-do-alemao-8471866>>. Acesso: 20 nov. 2013

<sup>62</sup>UPP RJ. Disponível em <[http://www.upprj.com/index.php/as\\_upps](http://www.upprj.com/index.php/as_upps)>. Acesso: 20 nov. 2013

<sup>63</sup> Uma destas ideias higienistas foi propagada pelo urbanista francês Alfred Agache que, em 1927, chegou ao Rio de Janeiro a convite oficial do então prefeito Antonio Prado Junior. Agache foi escolhido como responsável pelo Plano de Remodelação da Cidade do Rio de Janeiro e, em uma das suas avaliações, a favela representava um sério problema, “não só do ponto de vista da ordem social e da segurança, como sob o ponto de vista da higiene geral da cidade, sem falar da estética”. AGACHE, Alfred. (1930), *Cidade do Rio de Janeiro: extensão* —

responsabilidade dos governos no desenho das conjunturas histórico-sociais através das quais a cidade se construiu. Desta forma, a mensagem parece engendrar uma ideologia que parte das classes dominantes e atribui a causa dos problemas sociais e econômicos à formação dos aglomerados de moradias precárias.

Conhecidas as mensagens introdutórias do vídeo, parte-se para a análise de outro trecho, que faz alusão ao período a partir do qual a cidade passou a conviver com o tráfico de drogas de maneira contundente. Na mensagem veiculada no vídeo, fala-se que, “refêm do crime e do narcotráfico, a cidade sucumbiu à crise geral da economia brasileira na chamada década perdida [1980] <sup>64</sup>, afugentando investimentos e turistas e aumentando o desemprego”. O conteúdo da mensagem, ao mesmo tempo que tenta situar o receptor sobre período indicado, deixa implícito algo hipervalorizado na política dos governos estadual e municipal vigentes à época da implementação das Unidades de Polícia Pacificadora: a atenção às medidas e à captação de investimentos destinados à melhoria dos atrativos turísticos em detrimento das imissões em projetos que revelam as necessidades populacionais mais urgentes, como saúde e educação, entre outras.

Junto com as mensagens narradas, o vídeo apresenta, nestes fragmentos, depoimentos de moradores de diferentes favelas com explicações de como era a convivência com o tráfico de drogas naquelas áreas antes da chegada das Unidades de Polícia Pacificadora. Todos os depoimentos apresentam percepções negativas sobre a presença do narcotráfico em meio à vizinhança, o que é contraposto à presença permanente da polícia naquelas comunidades (vista como um avanço pelos mesmos participantes do vídeo nos minutos seguintes).

Na tentativa de montar uma narrativa de comparação entre os períodos pré e pós-instalação de UPPs, as imagens reforçam o discurso do vídeo para dar a dimensão de um cenário de caos existente antes da ocupação das favelas pela polícia: fotografias de tiroteios, balas traçantes e homens desfilando deliberadamente com armas de grande porte ilustram as mensagens que pregam que, “sem a presença do poder público, o traficante era o bem feitor e também o juiz, o dono de tudo e de todos no morro”. Mas o ambiente de horror foi “transformado” pela ocupação policial, já que, após sua chegada, a população voltou às ruas e passou a ocupar os espaços antes subjulgados pelo tráfico. Neste fragmento, as imagens mostram crianças brincando nas ruas, famílias caminhando nas vielas e atividades de lazer ao ar livre: um ambiente de “paz” proporcionado pela presença policial.

Quando tem início a descrição do processo de pacificação, a mensagem enaltece os

---

*remodelação — embelezamento*. Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal. p.190.

<sup>64</sup> Chamou-se de “década perdida” os anos de 1980 por conta das baixas nos índices econômicos como o Produto Interno Bruto (PIB) e pelo aumento da dívida externa do Brasil e da América Latina no período.

investimentos realizados com a “prioridade absoluta de combater o crime”. De acordo com a mensagem veiculada:

Era chegada a hora de estabelecer uma política de segurança pública com pesados investimentos em tecnologia, formação de novos policiais, combate à corrupção em todos os níveis das polícias civil e militar e um novo conceito no combate à criminalidade. O governo do estado começa a fazer o que parecia impossível e a vencer a guerra contra o tráfico e a violência.<sup>65</sup>

Nas palavras escolhidas pode-se perceber uma tentativa de conferir uma imagem vitoriosa aos feitos realizados, que se bastam, sobretudo, na mudança no modo como a polícia era enxergada: a instituição com o estigma de corrupção passa a ser vista com correção podendo atingir ainda um estágio heroico, já que, segundo o discurso, superou a guerra contra o tráfico e a violência.

A mudança de mentalidade que se intenciona direcionar com o vídeo tem o apoio dos depoimentos dos moradores das comunidades que, desta vez, pontuam as características positivas da aproximação da polícia. Mas não se recorre apenas a estas vozes; neste trecho ganham vez os depoimentos dos moradores do asfalto, que ressaltam o progresso que a polícia pacificadora instituiu nos morros. Entre estas vozes, uma chama atenção ao citar sua opinião sobre as UPPs sob o ponto de vista da participação do Rio de Janeiro em dois grandes eventos mundiais: a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016. A moradora de Copacabana Elinéia Peçanha diz: “Eu espero que agora, para as Olimpíadas e para a Copa do Mundo, [a UPP] seja uma coisa maravilhosa porque o Rio merece”. A participante do vídeo deixa de considerar a Unidade de Polícia Pacificadora como fruto de um investimento em segurança pública— ponto que o vídeo institucional busca focar —, com foco nas consequências para a população, para privilegiar a contenção da violência visando os eventos internacionais que a cidade vai receber.

Em uma parte do vídeo que traz à tona o depoimento das autoridades, José Mariano Beltrame tenta esclarecer a filosofia da “polícia de proximidade” dentro das favelas e reconhece a configuração do Rio de Janeiro como uma cidade partida<sup>66</sup>. Segundo as palavras dele:

Percebe-se, nitidamente, uma cidade partida: há pontos em que o Estado não

---

<sup>65</sup> Vídeo “A UPP veio para ficar”. Disponível em <[http://www.upprj.com/index.php/as\\_upps](http://www.upprj.com/index.php/as_upps)>. Acesso: 20/11/2013.

<sup>66</sup> O termo “cidade partida” foi usado pelo jornalista Zuenir Ventura em seu livro de mesmo nome, e difundido pela imprensa após a publicação, em 1994, para designar uma teoria segundo a qual a estrutura socioeconômica do Rio de Janeiro seria dividida em partes que separariam classes sociais, bairros e grupos culturais com diálogos e interação limitados a cada parte.

está. Se você não reconhecer isto, não percebe a solução. (...) O que vai resolver o problema da segurança pública é o atendimento das demandas sociais. Quanto mais demanda social atendida eu tiver, de menos polícia eu vou precisar. Para que isso aconteça nós precisamos criar uma ambiência para que o policial trabalhe com muito menos arma e muito mais trocando, interagindo com as pessoas dentro de uma política de polícia de proximidade do que efetivamente aquele homem guerreiro, de quando a polícia era preparada para fazer guerra e não preparada para fazer segurança pública.<sup>67</sup>

A alusão ao tempo que a polícia era preparada para fazer “guerra” retoma um período da própria gestão Cabral e Beltrame no que diz respeito à segurança pública. O que aparece nesta fase, no entanto, é o preterimento, ao menos vitrinista, dessa política policial de confronto, em privilégio da polícia de pacificação e proximidade. O que acontece é que, antes da criação da “ambiência” à qual Beltrame se refere, a polícia, na fase de adaptação da comunidade ao programa de pacificação, entra nas favelas e permanece exercendo a política do confronto<sup>68</sup>. Apesar disto, esta situação é ignorada e o pensamento gestor da segurança pública fluminense parece estar fadado a se orientar apenas pelas práticas de proximidade junto à comunidade.

Beltrame enfatiza os resultados da UPP e cita a melhoria da questão turística, do preço dos imóveis, da empregabilidade e da redução dos índices de criminalidade do entorno. Como diz o sociólogo Machado Silva (2010), pesquisador da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), a euforia que circunda as UPPs não é infundada, afinal, para ele, há evidências de que:

(...) as UPPs constituem uma forma inovadora de repressão ao crime; onde estão atuando, de um modo geral elas têm apresentado bons resultados, medidos por indicadores locais razoavelmente confiáveis; ainda que longe de ser eliminadas, a arbitrariedade e a violência policial são menores onde as UPPs estão operando; a presença delas tem melhorado muito significativamente o sentimento de segurança entre os moradores diretamente afetados.<sup>69</sup>

No entanto, não deve ser rejeitada a possibilidade de o programa ser, junto com os megaeventos esportivos que a cidade vai receber, uma cartada na configuração de uma nova hegemonia no Rio de Janeiro, fundamentada mais em interesses econômicos do que no poder político de afirmação dos governos ou na preocupação em promover direitos igualitários de

<sup>67</sup> Vídeo “A UPP veio para ficar”. UPP RJ. Disponível em <[http://www.upprj.com/index.php/as\\_upps](http://www.upprj.com/index.php/as_upps)>. Acesso: 20 nov. 2013.

<sup>68</sup> O episódio de ocupação policial e militar no Complexo do Alemão, na Penha, zona norte do Rio de Janeiro foi marcante neste sentido. O uso de armas bélicas e a tática de acuar os traficantes configurou-se o acontecimento mais significativo no campo de segurança pública do Rio de Janeiro desde o início da estratégia de pacificação das favelas com as UPPs.

<sup>69</sup> SILVA, Luiz Antônio Machado. *Afinal, qual é a das UPPs?* 2010. Disponível em <[http://www.observatoriodasmegacidades.ufrj.br/artigo\\_machado\\_UPPs.pdf](http://www.observatoriodasmegacidades.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf)>. Acesso: 20/11/2013



segurança aos moradores do morro e do asfalto.

Os últimos cinco minutos de discurso comentam a mudança no modo como as favelas passaram a ser enxergadas. Do ponto de vista do governo vigente, “a polícia, até então sinônimo de enfrentamento, voltou a ser parceira do cidadão”. Imagens que mostram a interação de policiais com moradores das comunidades ilustram este trecho do vídeo. Para o reforço desta “política bem-sucedida”, outro aspecto é relatado: “As UPPs marcam o início da pacificação das comunidades (...) e exaltam a parceria entre o governo do estado, a prefeitura do Rio de Janeiro e o governo federal”.

Esta união entre gestão municipal, estadual e federal é conhecida e reafirmada desde que o programa surgiu como medida de relevância para a inauguração dos megaeventos no espaço urbano carioca. Ainda que as UPPs tenham a finalidade de se mostrar como iniciativa para a segurança populacional, o valor imposto como política de controle de criminalidade visando à realização da Copa do Mundo Fifa 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 não é abstruso.

Com estas estratégias para legitimar a boa imagem das bases de polícia instaladas nas favelas cariocas, o discurso tem seu desfecho com uma frase que provoca a reflexão do receptor, para a afirmação da euforia da implementação de UPPs ou para suscitar outro debate: “As UPPs cuidam das pessoas: o papel da polícia é priorizar a preservação das vidas e das liberdades”.

A questão da preservação da liberdade pela polícia é relativizada por estudiosos e formadores de opinião. Isto porque os debatedores do projeto desconfiam que possa haver um controle autoritário da polícia sobre a rotina dos moradores de favelas. Uma das formas de controle está relacionada à abordagem policial que, às vezes se mostra abusiva, segundo consta em depoimentos de moradores para os realizadores do estudo “O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas”, realizado por Burgos et alli:

Alguns moradores mais jovens, sobretudo homens, declararam que eram revistados várias vezes. Numa dessas revistas, um rapaz, de 17 anos, disse ter sido abordado com truculência por dois policiais e revidou com uma tentativa de murro num dos policiais, o que quase agravou a ocorrência. Este jovem expressou sua revolta em face da revista policial, uma vez que a mesma foi feita, segundo ele, de maneira abusiva.<sup>70</sup>

O fato é que as atitudes descritas retira a sensação de liberdade dos habitantes das regiões que recebem as bases da polícia. Esta situação é ainda agravada quando a circulação

<sup>70</sup> BURGOS, Marcelo; PEREIRA, Luiz Fernando *et alli*. O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas. *Desigualdade & Diversidade* – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, nº 11, ago/dez, 2011. Disponível em <<http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/4artigo11.pdf>>. Acesso: 20 nov. 2013.

de pessoas acontece de noite ou de madrugada, horários considerados suspeitos. De acordo com o estudo:

(...) a pesquisa nesta favela não reuniu evidências que permitam afirmar que a presença dos policiais da UPP na comunidade tenha produzido uma sensação de liberdade entre os moradores, tendo sido identificada, ao contrário, uma certa tendência a se relativizar o efeito constrangedor que o tráfico produzia sobre a circulação das pessoas na comunidade. Isso não significa que seus moradores não reconhecessem que o tráfico “oprimia”.<sup>71</sup>

Outra forma de controle lembrada pelos moradores das comunidades diz respeito às opções de lazer. A publicação da Resolução 013 pela Secretaria Estadual de Segurança em 23 de janeiro de 2007 concedeu aos comandantes de UPPs a opção de aprovar ou não a realização de uma atividade cultural nas favelas, o que, na prática, fez reduzir o número de bailes ou até os impediu de acontecer<sup>72</sup>. De acordo com Burgos *et alli* (2011), “a queixa frequente de alguns jovens dirige-se à ausência de opções de lazer dentro da comunidade”, enquanto outros moradores, sobretudo os mais velhos, ressaltam a pertinência do controle para fazer valer a “lei do silêncio”. A maioria, o entanto, vê a presença policial com desconfiança:

A percepção que os moradores das favelas ocupadas têm da UPP é tudo menos ingenuamente otimista (...) ainda prevalece entre os moradores certa perplexidade em face de uma polícia que ocupa de forma ostensiva e permanente seus territórios, e que em forma de panóptico vigia todos os seus espaços, submetendo sua rotina a amplo controle.<sup>73</sup>

Em síntese, a opressão do tráfico foi substituída por uma ronda estatal ostensiva. Mas, o mesmo tempo que os habitantes enxergam a total liberdade com desconfiança, percebe-se que a opinião crítica em relação às UPPs é concedida de forma mais livre do que possíveis opiniões sobre a truculência de traficantes antes da instalação das UPPs. Este aspecto é um indício de que criar há pelo menos a criação de um novo espaço de circulação da opinião na vida da favela, que poderá permitir o desenvolvimento de esferas públicas mais livres e

<sup>71</sup> BURGOS, Marcelo; PEREIRA, Luiz Fernando *et alli*. O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas. *Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, nº 11, ago/dez, 2011. Disponível em <<http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/4artigo11.pdf>>. Acesso: 20 nov. 2013.

## 72

G1. **Bailes funk retornam a comunidades com UPP mesmo sem novas regras. Disponível em** <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/10/bailes-funk-retornam-comunidades-com-upp-mesmo-sem-novas-regras.html>>. Acesso: 20 nov. 2013

<sup>73</sup> BURGOS, Marcelo; PEREIRA, Luiz Fernando *et alli*. O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas. *Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, nº 11, ago/dez, 2011. Disponível em <<http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/4artigo11.pdf>>. Acesso: 20 nov. 2013.

democráticas.

### **Julho de 2013**

O vídeo “UPP Formiga comemora três anos de paz”, de dois minutos e cinquenta segundos, tem uma característica diferente dos analisados até o momento: em vez de os discursos promoverem um sucesso velado da instalação de Unidades de Polícia Pacificadora, ele traz uma comemoração explícita da paz alcançada no morro da Tijuca, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Para corroborar o sucesso defendido, a peça traz depoimentos do secretário José Mariano Beltrame, de uma moradora do local e do Capitão Sergio Stoll, comandante da UPP Formiga.

O vídeo apresenta um tom festivo claro: mostra uma festa de comemoração de três anos de pacificação do morro da Formiga precedida por uma missa de agradecimento pela paz. Após mostrar imagens de moradores e policiais dançando na festa de comemoração, o vídeo apresenta um discurso de José Mariano Beltrame comentando sobre a paz após a missa da qual também participou na comunidade:

A paz é algo que a gente sempre vai ter que pedir (...). E eu, agradeço diariamente porque nós temos certeza que as pessoas dormem melhor, que estão um pouco mais aliviadas (...). É uma alegria para nós, mas também ainda é motivo de muita preocupação pelo que se tem que fazer e a responsabilidade por aquilo que já deu certo, de não deixar que, de uma certa forma, haja um retrocesso.<sup>74</sup>

A fala do secretário denota o encaro da UPP como uma prática bem-sucedida, que voltou a promover a tranquilidade para os moradores. Desta forma, o programa não parece difundido no vídeo pelas autoridades em questão como uma política pública estritamente relacionada ao controle territorial, descolado do que é comum aos moradores. Mas, se por um lado este aspecto intenciona mostrar uma aproximação entre favela e polícia, de outro ela se apropria do espaço da comunidade para fazer uma autopropaganda de intenções maiores em que a população local é mera coadjuvante.

Uma outra estratégia, o fato de o secretário Beltrame ir até a igreja católica do local agradecer pela paz, caracteriza uma espécie de populismo, que busca aproximar a autoridade política da população por meio de suas práticas, no caso, a religião.

---

74

Canal de vídeos da Secretaria de Estado de Segurança no Youtube. Disponível em <[http://www.youtube.com/watch?v=rtH59Ox\\_510](http://www.youtube.com/watch?v=rtH59Ox_510)>. Acesso: 30 nov. 2013.

Em outro trecho do vídeo, o capitão responsável pela UPP da Formiga, Sergio Stoll, comenta a comemoração da data:

É uma data muito importante. No transcurso deste tempo a gente não teve nenhuma grave ocorrência na comunidade. A interação é excelente e o intuito da UPP é estar cada vez mais inserida no cotidiano da comunidade, atendendo aos anseios dela, de uma polícia cidadã, uma polícia prestadora de serviço, e cada vez mais obtendo elevados índices de aceitação pela comunidade.<sup>75</sup>

Através do discurso do capitão responsável pela UPP analisada, pode-se perceber que situações de normalidade (como a ausência de ocorrências graves no local) são encaradas como motivo de comemoração pelo oficial. Junto com este argumento, usado para dar relevância à data, o policial aproveita para, mais uma vez, fazer prevalecer a imagem positiva na localidade, com ênfase ao “atendimento dos anseios comunitários”, à prestação de serviços e a uma interação que, como de costume, é defendida pela polícia de proximidade como principal rota para a boa convivência entre corporação e comunidade.

Para reafirmar o argumento do alcance da boa convivência entre moradores e polícia, a edição traz o depoimento de uma moradora, Maria Aparecida dos Santos, aposentada, sobre as esperanças em relação à pacificação: “Espero que melhore mais ainda e que esta festa aconteça por muitos e muitos anos, com a nossa Formiga para frente”<sup>76</sup>. O vídeo é finalizado com imagens do bolo comemorativo dos três anos de pacificação e cerca de 50 moradores cantando “Parabéns pra você” junto com policiais da UPP.

De certo modo, o vídeo promove uma generalização do comportamento de aceitação da polícia pela população do morro da Formiga, um total de 4.312 pessoas, de acordo com informações do Instituto Pereira Passos<sup>77</sup>, através da opinião de uma moradora e da participação de dezenas de pessoas no evento de comemoração.

A intenção que se depreende, com isto, é que as instituições governamentais e a Polícia encaram a UPP como um programa efetivamente aceito e legítimo dentro das favelas, deixando de levar em conta a sensação de controle que grande parte da população tem e as

---

75

Canal de vídeos da Secretaria de Estado de Segurança no Youtube. Disponível em <[http://www.youtube.com/watch?v=rtH59Ox\\_510](http://www.youtube.com/watch?v=rtH59Ox_510)>. Acesso: 30 nov. 2013.

76

Ibidem

77

Instituto Pereira Passos via UPP Social. Disponível em <http://uppsocial.org/territorios/formiga/>. Acesso: 30 nov. 2013.

demandas que podem surgir se ela for questionada.

### **Outubro de 2013**

Em outubro de 2013, foram instaladas as mais recentes Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro<sup>78</sup>. O Morro Camarista Méier e o Complexo do Lins receberam duas UPPs, a 35<sup>a</sup> e a 36<sup>a</sup> do programa, em uma ocupação que durou quase uma hora, com 1.141 agentes das polícias militar e civil, da Marinha, do Exército e da Polícia Rodoviária Federal<sup>79</sup>. No mesmo dia da instalação da UPP, o secretário José Mariano Beltrame falou aos moradores da região em um vídeo veiculado no canal online da Secretaria de Segurança do estado do Rio de Janeiro. No discurso, o secretário destacou que o território será “devolvido” aos moradores, ao se referir à disputa entre Estado e crime pelas regiões ocupadas:

Chegou a hora de nós (...) devolvermos este território aos senhores que moram ali, que por vezes sofrem problemas que o tráfico de drogas traz e apresenta, muitas vezes, cenas violentas aos senhores (...) A polícia chegou, a polícia não vai sair, e vai procurar, sempre, buscar o diálogo com vocês.<sup>80</sup>

O discurso de Beltrame busca dar uma garantia aos moradores das favelas ocupadas que mostram desconfianças relacionadas à durabilidade e à permanência do programa e às verdadeiras intenções policiais nas práticas do cotidiano. Através da mensagem, o secretário aponta, como de costume nas estratégias de legitimação do programa de pacificação, as características da polícia de proximidade, que, segundo o discurso oficial, é pautada na boa convivência com os moradores e na interação e ajuda mútua dentro do ambiente comunitário. Este argumento é defendido mais uma vez quando ele afirma que:

---

78

Até o fechamento deste trabalho, as UPPs do Complexo do Lins e do Morro Camarista Méier foram as duas últimas a serem instaladas, em 6 de outubro de 2013.

79

Complexo do Lins é ocupado para a implantação de duas novas UPPs. O Globo Online. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/complexo-do-lins-ocupado-para-implantacao-de-duas-novas-upps-10268551#ixzz2mEfi3JX4>>. Acesso: 29 nov. 2013.

80

Canal de vídeos da Seseg. Secretário de Segurança do RJ, José Beltrame. Disponível em <<http://www.youtube.com/user/sesegrj?feature=watch>>. Acesso: 29 nov. 2013.

A polícia vai buscar o entendimento com vocês, buscar a troca de informações com os senhores. Eu peço, humildemente, que ajudem à polícia, que façam as denúncias. (...) É fundamental que nós tenhamos os senhores do lado do Estado que está aí representado pela Polícia Militar. O sucesso disso depende de todos nós. Os policiais que estão aí são preparados para buscar esta troca.<sup>81</sup>

A mensagem do governo perpetrada pelo discurso de José Mariano Beltrame promove uma parceria entre moradores e polícia, mas a realidade revela um receio daquela população referente a quem se pode confiar. Um dos principais temores é relacionado à dúvida sobre a duração da presença policial, que, se for coerente com os argumentos do secretário, pode garantir a segurança daqueles moradores. O receio em opinar e, por extensão, em colaborar para a integração com a polícia, que por tanto tempo foi enxergada por eles como instituição opressora por motivos já relatados, também é enraizado no temor da volta do poderio pleno das facções criminosas, como se pode perceber pelo depoimento de um morador ao portal de notícias do Jornal O Globo, que não quis se identificar: “Sobre a ocupação, não gosto de comentar, pois não sei até quando essa ação vai durar. Vai que tudo volta a ser como era antes?”<sup>82</sup>

Em outro momento da mensagem, Beltrame pede paciência e compreensão dos moradores para com os policiais recém-chegados àqueles territórios, dando margem a uma interpretação de que a preparação dos policiais ainda depende de um período de adaptação:

Tenho que pedir um pouco de paciência aos senhores porque estas pessoas estão recém-chegando a esta área. É uma área historicamente conflagrada mas, com o passar do tempo, na medida em que os senhores vão vendo a atuação e a postura da polícia, e a polícia vai vendo a receptividade que vai ter por parte dos senhores, eu tenho certeza que vamos ter sucesso, assim como já tivemos em tantas outras áreas.<sup>83</sup>

O discurso do secretário chama atenção para outro aspecto: a polícia, que outrora se colocava como instituição autossuficiente e ostensiva nestes territórios, agora é retratada como condicionada, de certa forma, à aprovação das pessoas que ali residem. Esta estratégia

---

81

Complexo do Lins é ocupado para a implantação de duas novas UPPs. O Globo Online. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/complexo-do-lins-ocupado-para-implantacao-de-duas-novas-upps-10268551#ixzz2mEfi3JX4>>. Acesso: 29 nov. 2013.

82

Complexo do Lins é ocupado para a implantação de duas novas UPPs. O Globo Online. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/complexo-do-lins-ocupado-para-implantacao-de-duas-novas-upps-10268551#ixzz2mEfi3JX4>>. Acesso: 29 nov. 2013.

83

Canal de vídeos da Seseg. Secretário de Segurança do RJ, José Beltrame. Disponível em <<http://www.youtube.com/user/sesegrj?feature=watch>>. Acesso: 29 nov. 2013.

pode estar aliada a uma intenção de modificar o perfil da polícia, que antes tinha o estigma de estar preparada para a guerra, e agora se mostra inserida em uma espécie de subordinação ao consentimento da comunidade. Ao explicar como a polícia chega ao Morro do Camarista e ao Complexo do Lins, José Mariano Beltrame reforça este pedido de aceitação, com justificativas para possíveis desacertos da corporação:

Por favor, nos ajudem. Muitas vezes nós não temos resposta para todos os questionamentos, nós não sabemos tudo o que acontece e tudo o que tem que ser feito aí dentro, e é fundamental a colaboração dos senhores para o entendimento de que a polícia chegou para ficar, mas ela precisa, sobretudo, conhecer vocês, conhecer o terreno, conhecer estas áreas (...). Estamos abrindo um novo caminho onde polícia e moradores (...) convivem em harmonia (...). Esta busca de entendimento é que vai consolidar dias melhores, noites melhores para vocês.<sup>84</sup>

A mensagem do porta-voz da secretaria de Estado de segurança também denota uma espécie de divisão de responsabilidades entre governo e população, sem necessariamente, a concordância explícita da última. Quando o secretário afirma que a colaboração dos moradores é necessária para a solução do problema da segurança no Complexo do Lins e no Morro do Camarista é caracterizada uma rogativa de contribuição e abertura da população para que seja permitida a ação da polícia. Ou seja: o tratado de harmonia entre comunidade e força de estado só se torna legítimo mediante interação das duas instâncias, algo complexo após a imagem negativa que a força armada cunhou dentro destes territórios subjulgados ora ao domínio de um poder criminal, ora ao domínio de uma polícia de repressão.

### **Novembro de 2013**

Em outro vídeo, o governo do estado aborda uma ação emblemática para a história das megaoperações de polícia do Rio de Janeiro. A segunda ocupação do Complexo de Favelas do Alemão, na Penha, Zona Norte do Rio de Janeiro, aconteceu em novembro de 2010 como forma de “retomada” do território para a posterior instalação de uma UPP. Na ocasião, o governo do estado do Rio de Janeiro, além de contar com 2.700 policiais militares, civis, federais e oficiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope) e do Exército, recebeu ajuda do Ministério da Defesa, que concedeu equipamentos bélicos como tanques da Marinha e aparelhos das Forças Armadas para a posterior instalação de Unidades de Polícia

---

84

Canal de vídeos da Seseg. Secretário de Segurança do RJ, José Beltrame. Disponível em <<http://www.youtube.com/user/sesegrj?feature=watch>>. Acesso: 29 nov. 2013.

Pacificadora. O episódio ficou no imaginário social devido às fortes imagens transmitidas pela imprensa que retratavam a chegada de equipes policiais e do exército com característica de tropas de guerra.

O fato é que, em novembro de 2013, José Mariano Beltrame gravou um vídeo sobre os três anos de ocupação do complexo de favelas da Penha e do Alemão. A peça, de dois minutos e vinte e seis segundos, apresenta um discurso do secretário endereçado à população, sobretudo aos moradores do local envolvido. Logo no início do discurso, o ele, afirma, com um pouco de hesitação, que é uma oportunidade de se “comemorar (...) a ocupação do Complexo do Alemão e da Penha”<sup>85</sup>. A dificuldade que o secretário tem em afirmar que pode haver uma “comemoração” pode estar relacionada a alguns fatores pelos quais não seria oportuno usar uma expressão que sugira um clima festivo, ou mesmo eufórico, a uma operação policial.

Através da mensagem, o que se pode depreender é que existe um incômodo na abordagem da ocupação do Alemão em 2010, uma das operações policiais de maior destaque da história no contexto da segurança pública do Rio de Janeiro. A maneira como o Complexo do Alemão foi retomado não deixou de ser abordada por Beltrame, ainda que superficialmente:

Foi um trabalho difícil, um trabalho que aconteceu de uma maneira que não estava dentro do nosso planejamento, mas os senhores sabem o que estava acontecendo neste lugar. Então a polícia, com uma parceria com o Ministério da Defesa, fez o seu trabalho e ocupou aquela área<sup>86</sup>.

O trabalho difícil ao qual Beltrame se refere pode ter sido caracterizado como tal por alguns aspectos: pela duração da ocupação (de oito dias, apesar de, segundo a Polícia Militar, os traficantes não terem oferecido resistência), pela complexidade do acesso aos territórios (o Complexo do Alemão é subdividido em 16 sublocalidades: Morro da Baiana, Morro do Alemão, Alvorada, Nova Brasília, Pedra do Sapo, Palmeiras, Fazendinha, Grota, Matinha, Morro dos Mineiros, Reservatório de Ramos, Casinhas, Morro do Adeus, Canitar, Areal e Relicário), e pelas consequências de algumas ações policiais, que despertaram a desconfiança de Organizações Não Governamentais para abusos e crimes cometidos por policiais durante a

---

85

Vídeo Pacificação do Complexo do Alemão - três anos. Página de vídeos do Governo do Rio de Janeiro no Youtube. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=fJc55853R5I>>. Acesso: 27 nov.2013

86

Ibidem.



retomada do território <sup>87</sup>.

Em outro trecho, o secretário de segurança do estado coloca a opinião sobre a presença do narcotráfico na região. Beltrame dá a ideia de que o poder paralelo ainda influencia as áreas controladas por UPPs. Ou seja: apesar de a presença de facções criminosas em localidades do Alemão não ser uma questão explícita do ponto de vista da polícia, há indícios de que ainda existam representantes do comércio ilegal de entorpecentes naquela área. A tensão entre as forças do Estado e do crime no Complexo do Alemão podem ser notadas quando o secretário afirma:

É uma área onde o tráfico [de drogas] tinha uma força muito grande. Entendemos que eles não vão querer entregar esta área ao Estado e a vocês de uma hora para outra, mas a mensagem que eu deixo aqui é que nós só podemos virar a página da violência desta cidade e deste estado à medida que o Estado entrar nestes lugares, à medida que nós ocuparmos (...) E o Estado entrou no Alemão, entrou no Complexo da Penha através da polícia <sup>88</sup>.

Quando Beltrame diz que o tráfico “*tinha* uma força muito grande” sobre aquele território e em seguida alega que “[os traficantes] *não vão querer* entregar” a área ao Estado, o sentido provocado é de que, apesar de as facções terem perdido o poder pleno sobre as favelas, elas ainda mantêm influência sobre aquela região. Ao alegar que o Estado “entrou” no Complexo do Alemão, o secretário não afirma que houve uma ocupação sólida do local, ou seja, não determina que a presença da polícia tenha sido de todo aceita. Isto ainda fica evidente em outro trecho, em que José Mariano Beltrame tenta convencer a população local a acreditar no programa de pacificação e reitera a característica da polícia de proximidade ao citar a construção de uma “relação” e de uma vida melhor para ela:

A permanência da polícia lá [no Complexo do Alemão e da Penha] é que vai gerar, vai proporcionar outras coisas a vocês (...) A minha mensagem é de que os senhores acreditem neste processo (...) O Estado era minoria ou praticamente inexistia nestes lugares. Hoje nós estamos lá, nós somos maioria, nós não vamos sair. Podemos sofrer qualquer tipo de retaliação (...), mas nós estamos lá para construir uma relação e uma vida muito melhor para vocês. <sup>89</sup>

<sup>87</sup> Em dezembro de 2010, quase um mês depois da ocupação do Complexo do Alemão, mais de 50 investigações foram abertas para apurar denúncias de abusos e crimes cometidos por policiais na favela. As denúncias foram apresentadas por organizações não governamentais e citam ocorrências de roubos, extorsões, tortura, desvio de armas e drogas e até execuções de suspeitos. O resultado, segundo a polícia, não foi disponibilizado até o fechamento deste trabalho; após três anos da ocupação do território. Informações da agência Brasil. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2010-12-22/abusos-e-ilegalidades-cometidos-por-policiais-no-alemao-sao-alvos-de-50-investigacoes>>. Acesso: 27 nov. 2013.

<sup>88</sup> Vídeo “Pacificação do Complexo do Alemão - 3 anos”. Página de vídeos do Governo do Rio de Janeiro no Youtube. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=fJc55853R5I>>. Acesso: 27 nov. 2013.

<sup>89</sup> Ibidem

A maneira através da qual o secretário evoca as melhorias proporcionadas pela presença da polícia abre margem para a interpretação de que a mensagem se constitui como um apelo aos habitantes pelo acolhimento da instituição e pela colaboração dos moradores para com o programa de pacificação. A ênfase na comparação da relação entre a população do Complexo do Alemão e os traficantes e entre a população do Complexo do Alemão e a polícia também é realizada com o foco de selecionar os pontos positivos da chegada do Estado àquele território:

Através da presença da polícia lá, deverão chegar as outras coisas. Antes, o império, o poder despótico de um líder do tráfico, era o que dominava vocês (...), era o que fazia vocês não se sentirem donos daquilo que efetivamente hoje [após a chegada das UPPs] são donos.<sup>90</sup>

Com a chegada da polícia, Beltrame garante que vão chegar os serviços públicos, como é reproduzido no vídeo já analisado “A UPP veio para ficar”. Esta é uma das principais bandeiras defendidas pelo secretário, com o argumento e a fala moderada de que a ocupação das favelas pelo Estado não vai proporcionar apenas um controle de questões relacionadas à criminalidade, mas também uma difusão dos serviços públicos e maior assistência do governo nestes territórios.

---

90

Vídeo “Pacificação do Complexo do Alemão - 3 anos”. Página de vídeos do Governo do Rio de Janeiro no Youtube. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=fJc55853R5I>>. Acesso: 27 nov. 2013.

## 7. CONCLUSÃO

Neste trabalho, que analisa parte do material produzido pela Secretaria de Estado de Segurança e pelo governo do estado do Rio de Janeiro sobre as Unidades de Polícia Pacificadora, propus-me a avaliar o teor das mensagens veiculadas por vídeos de divulgação e de reafirmação do programa de pacificação das favelas cariocas. O período de tempo em que foi feito o recorte do material escolhido se limitou, sobretudo, aos dois últimos anos de gestão Sergio Cabral, ou seja: aos anos que o programa de pacificação passou por espécie de consolidação, quatro anos depois do lançamento, em 2008.

Com o decorrer das análises, pôde-se constatar uma espécie de reforço na boa imagem das Unidades de Polícia Pacificadora, encaradas como um divisor de águas da realidade da favela, ou seja: o marco do abandono de um tempo em que a lei do território deixou de ser estabelecida pelos líderes do tráfico e passou a corresponder às leis do asfalto e, ao menos em discurso, a incluir direitos de cidadania comuns a todas as camadas da população.

É importante salientar que a conclusão deste trabalho fica restrita a determinado recorte de tempo – de maio de 2012 a novembro de 2013 – em que as UPPs já passavam por um período de estabilidade, embora alguns fatos tenham abalado a imagem do programa. Mas, em contrapartida às situações negativas, o programa de pacificação tinha a seu favor um trunfo: o alcance que as Unidades de Polícia Pacificadora tinham obtido com o tempo. Até o fechamento deste trabalho, para o governo do estado cumprir as promessas de propagação da política de segurança pública, só faltaria a instalação de quatro bases de polícia nas comunidades, um argumento para, mais uma vez, a gestão vigente ressaltar os benefícios de seu governo.

Aliás, este foi um aspecto frequentemente notado no material analisado: a ênfase no

progresso que supostamente as UPPs proporcionaram às comunidades. Em peças audiovisuais que se assemelham a propagandas político-partidárias – e de certo modo não deixam de ser –, é usual a reiteração do “sucesso” das Unidades de Polícia Pacificadora em discursos otimistas e utópicos sobre as realidades das favelas da cidade. Mesmo que em alguns casos tenha sido pontuada a necessidade perene da difusão de acesso aos serviços públicos e de cidadania nestes locais, o tom festivo e comemorativo referente ao novo cenário se sobressaiu.

É preciso ressaltar que, como produtos oriundos de um plano de comunicação oficial, do governo de situação, não se esperava que os discursos se apresentassem de forma crítica e reflexiva, já que, muitas vezes, eles serviram como artifícios de propaganda da política em questão. Mas a ideia que se tinha era de que o papel do Estado, neste contexto, deveria refletir uma concentração de esforços no permanente atendimento às necessidades destes locais em vez da ostentação de uma paz que em muitos casos não se relaciona com a realidade. Considera-se que a maneira como a ocupação dos morros pela polícia é retratada nas peças intenciona influenciar uma diminuição da sensação de insegurança e, conseqüentemente, se posicionar em uma espécie de lógica maniqueísta, em que o bem – Estado representado pela polícia - triunfa sobre o mau – criminalidade gerada pela presença de lideranças ligadas ao tráfico de drogas. E o modo como isto é realizado é também questionável, visto que um dos métodos é a utilização da “voz” de um personagem simbólico da favela para defender o argumento de que a paz foi estabelecida, deste modo, recorrendo a uma generalização; ou da figura escolhida para representar a pacificação: o secretário de segurança José Mariano Beltrame, com falas sempre moderadas e referenciáveis para a “política de paz”.

Levando-se em consideração a relativa recência do programa de pacificação e a gama de atores sociais envolvidos, é necessário salientar que esta pesquisa demanda uma continuidade, sobretudo por conta da urgência em desvelar a percepção da maior parcela afetada - a população que reside em favelas -, e a necessidade de acompanhamento e fiscalização desta política pública em constante aperfeiçoamento.

De sua parte, a comunicação oficial, obviamente, enquanto houver UPPs, continua a destacar suas qualidades em âmbito político e social. Mas as oscilações na segurança pública se modificam subitamente, e os contornos tomados devem ser acompanhados. Portanto, a conclusão desta pesquisa não deve ser tomada como definitiva, tendo-se em vista ainda as mudanças ocasionadas pelos iminentes processos eleitorais e pelos eventos de grande porte que a cidade do Rio de Janeiro está prestes a receber. É necessário, então, que se aprofunde este estudo com foco direcionado à percepção da população local acerca desta política de segurança e a investigação de uma das máximas do programa. Afinal, a “UPP veio para ficar”?

## 8. REFERÊNCIAS

AGACHE, Alfred. Cidade do **Rio de Janeiro: extensão — remodelação — embelezamento**. Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal. 1930.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BRASIL. **Segurança Pública**. Educação e valorização: Polícia Comunitária. Brasília, DF, 2013. Disponível em <<http://portal.mj.gov.br/>> Acesso em: 03/10/2013

BURGOS, Marcelo; PEREIRA, Luiz Fernando *et alli*. O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas. *Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, nº 11, ago/dez, 2011. Disponível em <<http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/4artigo11.pdf>>. Acesso e: 10/11/2013

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1954.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio: O mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública**. Rio de Janeiro: Oficina do autor; Niterói: Intertexto, 2001.

ESPOSITO, R. Nihilismo e comunidade. In: PAIVA, R. (org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

FERNANDES, Rubem César. **Violência no Rio - a história que sofremos e fazemos. In: Dez anos depois, como vai você, Rio de Janeiro?**. Ano: 2003. Disponível em <[http://www.iets.org.br/biblioteca/Violencia\\_no\\_Rio\\_a\\_historia\\_que\\_sofremos\\_e\\_fazemos.pdf](http://www.iets.org.br/biblioteca/Violencia_no_Rio_a_historia_que_sofremos_e_fazemos.pdf)> .Acesso em: 15/10/2013.

FREIXO, Marcelo. **Por que as UPPs não chegam para todos?** Disponível em <<http://socialismo.org.br/portal/seguranca-pessoal-e-direitos-humanos/179-artigo/1778-por-que-as-upps-nao-chegam-para-todos?ref=nf>> Acesso em 29/09/2013.

GRYNSZPAN, Mario. **As favelas cariocas como espaço de disputas: poder público, terceiro setor, associações de moradores e tráfico de drogas.** Disponível em <[http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-Papers/lasa2004/files/GrynszpanMario\\_xCD.pdf](http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-Papers/lasa2004/files/GrynszpanMario_xCD.pdf)> Acesso em 20/11/2013.

NEVES, Marlisa de Oliveira Amorim. **Assessoria de Imprensa da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.** Monografia (Graduação em Comunicação). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2010.

PAIVA, Raquel. Para reinterpretar a comunicação comunitária. In: \_\_\_\_\_.(org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo.** Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.** Petrópolis: Vozes, 1998.

PAIVA, Anabela; RAMOS, Silvia. **Mídia e Violência: Tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil.** Rio de Janeiro: Iuperj, 2007

SANTIAGO, Jairo da Costa. In:PAIVA, Raquel (org.); SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro dos (org.). **Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa.** Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2008.

SAPORI, Luiz Flavio. **A segurança Pública no Brasil**. Revista Em debate. Belo Horizonte, v.3, n.1, p. 11-15, jan. 2011.p.15.

SILVA, Luiz Antônio Machado. **Afinal, qual é a das UPPs?** 2010. Disponível em <[http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/artigo\\_machado\\_UPPs.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf)>. Acesso em 20 nov. 2013.

SOUZA E SILVA, Jaílson. **As Unidades Policiais Pacificadoras e os novos desafios para as favelas cariocas**. Disponível em <http://www.observatoriodefavelas.org.br/userfiles/file/Aspectos%20humanos%20das%20favelas%20cariocas.pdf>

TEIXEIRA, Eduardo T. **Unidades de Polícia Pacificadora: O que são, a que anseios respondem e quais desafios colocam aos ativismos urbanos?** Disponível em <<http://passapalavra.info/?p=25554>> (parte 1) e <<http://passapalavra.info/?p=25791>> (parte 2). Acesso em: 20 set. 2013.

WACQUANT, Löïc. **As prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zarar, 2001.